



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**  
**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO**  
**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

Pelotas, março de 2011.

**REITOR**

Prof. Msc. Antonio Cesar Gonçalves Borges

**PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito

**COORDENADOR DO CURSO**

Prof. Msc. Rafael Mello Oliveira

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO**

Prof. Dr. André Carraro

Adm. Msc. Cristiane Hoffmann Moreira

Prof<sup>a</sup>. Dra. Márcia Rosales Ribeiro Simch

**REPRESENTANTE DISCENTE**

Nathani Blumberg Figueira

**REVISORES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO EM 29.03.2011**

Prof. Msc. Rafael Mello Oliveira

Prof<sup>a</sup>. Msc. Kátia Gislaine Baptista Gomes

Prof<sup>a</sup>. Dra. Márcia Rosales Ribeiro Simch

Prof. Dr. Fábio Kellerman Schram

**NÚMERO DO PROCESSO NO PROTOCÓLO**

8707/2006-16

## SUMÁRIO

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>3 HISTÓRICO .....</b>	<b>7</b>
3.1 HISTÓRICO INSTITUCIONAL .....	7
3.2 HISTÓRICO DO CURSO .....	7
<b>4. PERSPECTIVAS .....</b>	<b>8</b>
<b>5. ATOS LEGAIS / FORMAIS.....</b>	<b>10</b>
<b>6. OBJETIVOS DO CURSO .....</b>	<b>10</b>
6.1 OBJETIVO GERAL.....	10
6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	10
6.3 REQUISITOS DE INGRESSO.....	11
6.4 LOCAL DE OFERTA .....	11
6.5 NÚMERO DE VAGAS .....	11
6.6 SISTEMA CURRICULAR E REGIME LETIVO.....	11
6.7 CARGA HORÁRIA, DURAÇÃO E NÚMERO DE DIAS LETIVOS .....	11
6.8 DIPLOMAS E CERTIFICADOS.....	12
6.9 FORMA DE DIVULGAÇÃO: .....	12
6.10 PERFIL DO EGRESSO .....	12
6.11 HABILIDADES PROFISSIONAIS ESPERADAS:.....	12
<b>7. A ESTRUTURA DO CURSO .....</b>	<b>13</b>
<b>8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....</b>	<b>16</b>
<b>9. DESENHO REPRESENTATIVO DO CURRÍCULO.....</b>	<b>18</b>
<b>10. EMENTÁRIO.....</b>	<b>18</b>
10.1 SEMESTRE I .....	18

<b>10.2 SEMESTRE II.....</b>	<b>23</b>
<b>10.3 SEMESTRE III .....</b>	<b>27</b>
<b>10.4 SEMESTRE IV .....</b>	<b>30</b>
<b>11. ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO-OBRIGATÓRIO.....</b>	<b>35</b>
<b>12. AVALIAÇÃO .....</b>	<b>35</b>
<b>13. MATRÍCULAS.....</b>	<b>36</b>
<b>14. CARACTERIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS .....</b>	<b>37</b>
<b>15. TABELA DE EQUIVALÊNCIAS .....</b>	<b>99</b>
<b>16. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.....</b>	<b>102</b>
<b>17. INTEGRAÇÃO COM O PÓS-GRADUAÇÃO.....</b>	<b>102</b>
<b>18. RELAÇÃO DE DOCENTES .....</b>	<b>103</b>
<b>19. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>105</b>

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

**Denominação:** Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

**Modalidade:** Tecnólogo

**Titulação:** Tecnólogo em Gestão Pública

**Duração:** 4 semestres

**Carga horária Total:** 1650 horas.

**Turno:** Tarde e Noite

**Número de vagas:** 50 por ingresso

**Regime Acadêmico:** Semestral

**Ata de Autorização:** Portaria do Reitor Nº 1.355 de 19 de novembro de 2007

**Unidade Acadêmica:** Faculdade de Administração e de Turismo

## 2. INTRODUÇÃO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, promovido por nossa instituição, foi criado primeiramente como Curso Seqüencial, com a intenção de qualificar os servidores técnico-administrativos da instituição e do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), possibilitando o seu desenvolvimento, aprimoramento e progressão na carreira. Após rever a legislação pertinente detectamos que com esta formação, nossos servidores, mesmo fazendo uma carga horária maior, não progrediriam na carreira. Então, surgiu a necessidade de alterar o projeto do referido curso, passando de “Seqüencial de Formação Específica”, de nível superior, para “Superior de Tecnologia” (Tecnólogo), de mesmo nível.

A diferença básica é que os “Cursos Seqüenciais de Formação Específica”, apesar de serem cursos de Nível Superior, não são cursos de “Graduação”, diferentemente dos cursos Superiores de Tecnologia.

Os motivos, adiante elencados, justificam a necessidade de tal transformação:

1. O edital de abertura do processo seletivo ofertou um curso de Graduação, sem especificar a sua modalidade, ou seja, Bacharelado, Licenciatura e de Tecnologia.
2. A Nota Técnica nº. 04/CGGP/SAA/MEC, que emitiu orientações às Comissões de Enquadramento das IFES, vinculadas ao Ministério da Educação, para proceder ao enquadramento dos servidores, é taxativa quando relata: *“Alertamos que não está previsto no Anexo IV da Lei 11.091/05 a concessão do Incentivo à Qualificação para os servidores que apresentarem títulos referentes à conclusão de Cursos Seqüenciais de Formação Específica.”*,

vetando, portanto, o pagamento de tal incentivo. O referido Anexo prevê o pagamento do incentivo somente a cursos de “Graduação”.

3. O Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação, exarou o parecer nº. CNE/CES 436/2001, aprovado em 02/04/2001, que foi homologado pelo Sr. Ministro em 05/04/2001 e publicado no D.O.U. de 06/04/2001, que define “Tecnólogo” como outra modalidade de curso de “Graduação”: *“os Cursos Superiores de Tecnologia são cursos de graduação com características especiais, bem distintos dos tradicionais e cujo acesso se fará por processo seletivo, a juízo das instituições que os ministrem. Obedecerão a Diretrizes Curriculares Nacionais a serem aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.”* *“os Cursos Superiores de Tecnologia poderão ser ministrados por universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas e institutos superiores. As universidades e centros universitários, **no gozo das atribuições de autonomia, podem criá-los livremente, aumentar e diminuir suas vagas ou ainda suspende-las.**”*

4. O anexo A, do o referido parecer, prevê carga horária mínima de 1.600 horas, para a Área de Gestão.

Diante dos fatos, e considerando que a estrutura curricular do curso de Gestão Pública supera os requisitos mínimos exigidos para a criação de um curso Superior de Tecnologia, além de acompanhar o calendário acadêmico, reformulou-se o projeto pedagógico do Curso Superior Sequencial de Gestão Pública, passando o mesmo para Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, submetendo o mesmo à apreciação do COCEPE, de forma a autorizar e proceder a referida alteração, possibilitando assim, a Diplomação dos alunos.

A reformulação do Projeto Pedagógico foi orientada através das **Diretrizes Curriculares Nacionais de Nível Tecnológico** e de toda a documentação fornecida pela *Pró-Reitoria de Graduação*, partindo do pressuposto de que os egressos do **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**, da UFPel, devem ser profissionais capazes de analisar, planejar, tomar decisões e controlar projetos em suas áreas específicas, tendo como norteadores os valores éticos, sociais e ambientais.

As discussões resultaram em uma proposta de Matriz Curricular, Ementas de disciplinas e Atividades de Extensão que proporcionaram, num primeiro momento, a necessidade de organização das disciplinas dentro dos módulos, o que foi revisto, posteriormente, por não estarem os “módulos” relacionados a nenhuma formação específica, não justificando esta nomenclatura. Assim, o curso tomou uma configuração semestral e não mais modular. Cada semestre propõem uma formação teórico-prática que culminará no desenvolvimento de competências e habilidades para a vida em sociedade e para o trabalho no setor público e em

atividades correlatas.

### **3 HISTÓRICO**

#### **3.1 HISTÓRICO INSTITUCIONAL**

Embora seja uma Universidade jovem, com apenas 41 (quarenta e um) anos, a UFPel aglutina, em sua estrutura acadêmica, uma Faculdade de Agronomia centenária (120 anos), o que justifica a tendência, no início de sua história, de desenvolver com maior ênfase a área de Ciências Agrárias. Também conta com uma Faculdade de Odontologia de 92 (noventa e dois) anos, uma de Direito com 90 (noventa) anos e o Instituto de Sociologia e Política de 46 (quarenta e seis) anos. Participaram do núcleo formador da UFPel a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Pelotas.

A Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul foi criada em 1960 e pertencia ao Ministério da Agricultura, estando sediada em Pelotas e sendo composta na época pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e pelas Faculdades de Ciências Domésticas e de Veterinária, estas duas criadas posteriormente, em 1961 e 1969, respectivamente. As áreas anexadas que faziam parte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foram as Faculdades de Direito e de Odontologia e o Instituto de Sociologia e Política.

No ano de 1969, em 16 de dezembro, além das unidades do núcleo formador, foram integradas à Universidade as seguintes unidades acadêmicas: Instituto de Biologia, Instituto de Ciências Humanas, Instituto de Química e Geociências, Instituto de Física e Matemática e Instituto de Artes. Também foram agregadas à Universidade as seguintes instituições de ensino superior existentes na cidade: Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões, Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior do Sul do Estado e Conservatório de Música de Pelotas.

A Administração Superior da UFPel, em 1969, era composta pelo Conselho Diretor da Fundação e pela Reitoria. Integra a UFPel atualmente, como órgão complementar, o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça – CAVG.

Nesses 41 (quarenta e um) anos de funcionamento da UFPel, ocorreram na estrutura acadêmica algumas modificações significativas, como a criação, incorporação, transformação e extinção de unidades, a criação de novos cursos, bem como a transformação de cursos em unidades.

#### **3.2 HISTÓRICO DO CURSO**

No ano de 2007, o **Curso Sequencial Superior de Gestão Pública** foi concebido a partir

das necessidades expressas por um significativo número de servidores da Universidade Federal de Pelotas- UFPel, frente as suas rotinas de trabalho. Então, surgiu a necessidade de alterar o projeto do referido curso, passando de “Seqüencial de Formação Específica”, de nível superior, para “Superior de Tecnologia” (Tecnólogo), de mesmo nível. Estruturado como Curso Tecnológico - criado pela Lei No 5.692/7 1 (artigo 23, § 2o), ratificado pelas Leis nºs 9.131/95 e 9.394/96 e pelo Decreto nº 2.406, de 27.11.97, e regulamentado pela Portaria Ministerial MEC No 1.647, de 25.11.99. Atendendo à resolução CNE/CP 3 de 18.12.2002, o curso corresponde à educação profissional de nível tecnológico e é designado como **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**.

A evolução do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, de uma primeira turma basicamente fechada com 20 vagas para a própria Ufpel, 20 vagas para o IFSul e 20 vagas para a comunidade em geral, formada em dezembro de 2009; para um curso regular com 50 vagas e ingresso pelo ENEM se deu devido ao reconhecimento, por parte da Universidade, de uma demanda constante na área pública, que apresenta, tanto nacionalmente quanto na própria cidade de Pelotas, uma diversidade grande de organizações que demandam mão de obra qualificada, as quais o curso pretende atender. Ao graduado neste curso é conferido o diploma de Tecnólogo em Gestão Pública.

Assim, o curso está estruturado para atender aos diversos setores da área pública e, atendendo à resolução CNP/CP3 de 18.12.2002, busca incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora, da compreensão do processo tecnológico, bem como a produção e inovação científico-tecnológica e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho.

Através de atividades interdisciplinares, o curso possibilita ao aluno o desenvolvimento de competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas para a gestão de processos e a produção de bens e serviços promovendo o desenvolvimento sustentável do país. Palestras, Dinâmicas e Visita Técnicas são oferecidas buscando propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias, atendendo a demandas da sociedade, do mundo do trabalho e do meio acadêmico.

#### **4. PERSPECTIVAS**

A educação de nível profissional brasileira, até 1982, tinha como objetivo a qualificação de mão-de-obra, diretamente atrelada a uma tarefa ou ocupação no mercado de trabalho.

A partir da Lei nº 7.044/82, de acordo com Menezes (2004, p. 67), os princípios desta modalidade educacional começaram a ser modificados. Qualificar para uma ocupação específica já não era mais o foco principal. Diante de um contexto de democratização, seria necessário



educar para a vida produtiva e responsável, para o trabalho, e não para uma tarefa. “As determinações não descongelaram o vínculo formal profissional com o mercado de trabalho, apenas apontavam uma nova preocupação com a formação para o trabalho e com a força produtiva das relações emprego/profissão.” (MENEZES, 2004. p.67)

Esta concepção ganhou mais força na década de 90. Este período foi marcado pela elevada evolução tecnológica no mundo do trabalho, pela disponibilidade de informações e pela reorganização empresarial. O cenário se delineava como o da sociedade centrada no crescimento sem emprego. Isto quer dizer que as relações empregatícias estavam se modificando. O emprego formal tenderia a ser substituído pela contratação via prestação de serviços. O homem passaria, desta forma, a ser responsável pela sua própria geração de renda. Para tanto, os indivíduos teriam de desenvolver habilidades como a identificação e resolução de problemas e, a criação de estratégias.

Bíscaro *et al.* (2004) concordam ao afirmarem que o contexto econômico no qual as empresas são obrigadas a se reorganizarem e se reestruturarem a fim de se adaptar a mudanças tecnológicas cada vez mais frequentes, exigem novos profissionais. Estes devem possuir competências básicas que o auxiliem na sua empregabilidade. “O mercado passa a exigir profissionais competentes, pró-ativos a mudanças, flexíveis, dotados de iniciativa e criatividade para lidar com problemas inesperados, capazes de exercer com proficiência a comunicação escrita e oral e dispostos a aprender cada vez mais.” (BÍSCARO et al. 2004, p. 180)

Para tanto, a LDB de 1996 propôs que Educação Profissional passasse da simples preparação para a execução de tarefas, para um conjunto de habilidades capazes de proporcionar ao indivíduo uma maior compreensão global do processo produtivo em que se insere. Ao mesmo tempo, apreender o processo tecnológico e valorizar a cultura do trabalho e a tomada de decisões.

A evolução das sociedades mundiais, deste período até os dias atuais, foram significativas (exigências legais, econômicas, políticas, pressões sócio-ambientais), principalmente, após os acontecimentos do 11 de setembro de 2001 nos EUA. A tendência é que tal evolução continue de forma cada vez mais intensa, afetando todos os setores sociais, principalmente o trabalhador. Este indivíduo terá que conviver com, cada vez mais intensidade, a sociedade do conhecimento e da tecnologia.

Para tanto, integrar a educação e o ambiente de trabalho será prerrogativa deste novo milênio. Educar profissionalmente o trabalhador brasileiro para conviver com este cenário mutável é qualificá-lo em bases científicas e ético-políticas, possibilitando-o compreender a tecnologia como produção do ser social. (HADDAD, 2006)

O Curso Superior de Tecnologia, no qual se enquadra o **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública** da *Universidade Federal de Pelotas*, se apresenta como instrumento desta política de Educação Profissional. Este curso tem como objetivo formar gestores públicos, aptos para inserção nos setores públicos, que participem no desenvolvimento da sociedade brasileira. Suas características específicas possibilitam uma maior agilidade na adaptação das estruturas curriculares, a fim de atender demandas específicas da sociedade, além de proporcionar o acesso a conhecimentos de nível mais avançado, pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*.

Desta forma, o **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública** da *Universidade Federal de Pelotas*, satisfaz as exigências desta sociedade cada vez mais evoluída, formando um profissional capaz de lidar com as exigências existentes no serviço público. Apresentando-se assim, com potencial de crescimento, portanto, com potencial para inserir cada vez mais cidadãos qualificados e críticos, para atuar na transformação da sociedade.

## **5. ATOS LEGAIS / FORMAIS**

Autorização – Portaria do Reitor Nº 1.355 de 19 de novembro de 2007.

## **6. OBJETIVOS DO CURSO**

Em consonância com a Resolução CNE/CP 3, de Dez. 2002, os objetivos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFPel estão apresentados abaixo, organizados em Objetivo Geral e Objetivos Específicos, conforme segue:

### **6.1 OBJETIVO GERAL**

O **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública** da *Universidade Federal de Pelotas* tem como objetivo formar gestores para atuarem na área pública, no contexto das transformações sócio-culturais, buscando promover o desenvolvimento de competências e habilidades capazes de propiciar melhoria de qualidade e efetividade no serviço público.

### **6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Formar profissionais comprometidos com as relações humanas, éticas, sociais, econômicas de uma organização pública capazes de viabilizar soluções para problemas que afetam o desenvolvimento da mesma;
- Formar profissionais capazes de desenvolver pesquisas e assessorar projetos destinados a

- gestão das organizações públicas, bem como desenvolver espírito empreendedor;
- Formar profissionais capazes de empregar o conjunto de competências e habilidades provenientes dos saberes e conhecimentos nas áreas da gestão pública.
  - Proporcionar aos alunos a oportunidade de se colocarem diante da realidade do trabalho com a preparação requerida pelo mundo contemporâneo, capacitando-os para:
    - compreender e avaliar os ambientes sociais, econômico, político e organizacional;
    - o planejamento, operação, controle e avaliação dos processos que se referem aos recursos humanos, aos recursos materiais, ao patrimônio, à produção, aos sistemas de informações, aos tributos, às finanças e à contabilidade
    - gerenciar áreas públicas;
    - sistematizar atividades relativas à gestão pública;
    - desenvolver e coordenar programas estratégicos da área pública;

### **6.3 REQUISITOS DE INGRESSO**

Os candidatos deverão preencher os requisitos normais para ingresso na Universidade e ter sido classificado através do processo seletivo considerado pela mesma.

### **6.4 LOCAL DE OFERTA**

O Curso será ofertado na Faculdade de Administração e de Turismo da Ufpel, cito Rua Almirante Barroso, 1734, Centro, Pelotas - RS.

### **6.5 NÚMERO DE VAGAS**

- 50 vagas

### **6.6 SISTEMA CURRICULAR E REGIME LETIVO**

Sistema curricular seriado. Regime letivo semestral.

### **6.7 CARGA HORÁRIA, DURAÇÃO E NÚMERO DE DIAS LETIVOS**

O **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública** terá a duração de 04 semestres.  
Carga Horária Total: 1650 horas.  
Número de dias letivos: 400 dias

## **6.8 DIPLOMAS E CERTIFICADOS**

Aos matriculados no **Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Pública** que cursarem com aprovação todas as disciplinas da matriz curricular integralizando no mínimo 1650 h, conforme estrutura do curso, será concedido o Diploma de Tecnólogo em Gestão Pública.

## **6.9 FORMA DE DIVULGAÇÃO:**

Deverá constar no diploma apenas a titulação de **Tecnólogo em Gestão Pública**.

Compete aos órgãos competentes da Universidade a divulgação correta do nome do curso sendo o mesmo divulgado da seguinte forma:

**Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública**

## **6.10 PERFIL DO EGRESSO**

O Tecnólogo em Gestão Pública atua em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal. Suas atividades centram-se no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. Com sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, esse profissional busca a otimização da capacidade de governo. O trato com pessoas, a visão ampla e sistêmica da gestão pública, a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança são características indispensáveis a esse tecnólogo (Fonte: Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, p. 59).

## **6.11 HABILIDADES PROFISSIONAIS ESPERADAS:**

As habilidades pretendidas para os egressos do curso de Tecnólogo em Gestão Pública da UFPel são relacionadas com a competência profissional, capacidade de adaptação às novas realidades e necessidades do mercado, como o trabalho em equipe, bem como garantindo ao mesmo a identidade nacional da categoria profissional. Assim, especificamente, são esperadas as seguintes habilidades profissionais do egresso:

- Responsabilidade social, consciência da qualidade e das implicações da justiça e ética no exercício profissional;
- Formação humanística e visão global que o habilite a compreensão do meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente;
- Capacidade técnica e científica para atuar na administração das organizações, além de

atividades específicas da prática profissional em consonância com as demandas mundiais, nacionais e regionais;

- Competência para empreender, analisando criticamente as organizações, antecipando e promovendo suas transformações, sendo capaz de planejar, coordenar, executar e avaliar atividades relacionadas às organizações públicas e áreas correlatas;
- Capacidade de atuação em equipes multidisciplinares;
- Capacidade de compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, de forma a assimilar novos conhecimentos e refletir sobre o comportamento ético que a sociedade espera de sua atuação.
- Capacidade técnica e científica para atuar na área pública.

## **7. A ESTRUTURA DO CURSO**

O Curso de Tecnólogo em Gestão Pública da Universidade Federal de Pelotas é desenvolvido em regime semestral conforme regimento da UFPel, tendo como forma de ingresso o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Cabe ressaltar que em sua maioria, o curso é composto por disciplinas presenciais. No entanto as disciplinas Matemática Financeira e Estatística Aplicada são oferecidas na modalidade à distância, o que é respaldado pela Portaria nº 4.059/2004, que em seu texto contempla que até 20% da carga horária do curso pode ser ofertada na modalidade à distância.

Numa proposta inovadora e adequada tanto à urgência da realidade imediata quanto ao Projeto Pedagógico e também às exigências do MEC, no que tange aos princípios que norteiam a avaliação Institucional, apresentamos este programa.

Seguindo o novo regulamento do ensino de graduação de nossa universidade – Resolução nº 14, de 28 de outubro de 2010, a estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é composta três dimensões formativas do currículo, quais sejam: Formação Específica, Formação Complementar e Formação Livre ou Opcional.

### **Formação Específica:**

- Conteúdos específicos: envolvendo conceitos científicos na gestão pública, como também estudo de casos.
- Conteúdos básicos: espaço para o desenvolvimento de competências e habilidades, que será ocupado por um elenco de conhecimentos que circundam no entorno dos conhecimentos específicos na área de gestão pública.

- Conteúdos articuladores do conhecimento: relacionam-se à formação humanística, interdisciplinar e gerencial, formas e meio de desenvolvimento e aplicação do conhecimento.
- Conteúdos complementares: na interface com os demais conteúdos proporcionam o conhecimento e a interpretação das leis, das formas de comunicação e do perfil para empreender.
- Fóruns e Debates Integralizadores: garantem as trocas e vivências, bem como possibilitam estabelecer relações pessoais e interpessoais, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e profissional do aluno.
- Trabalho de Conclusão (a ser realizado na disciplina Projeto em Políticas de Desenvolvimento Local e Regional): compreende a elaboração e a síntese pessoal e individual do conjunto de saberes e da construção e reconstrução de conhecimento que cada aluno desenvolveu no transcorrer de sua formação. Representa a qualidade do avanço na autonomia intelectual, na forma de um Projeto aplicado ao Desenvolvimento Local e Regional e está apoiado no Parecer CNE/CES nº 436/2001.

#### **Formação Complementar:**

As Atividades Complementares contemplam Ensino, Pesquisa e Extensão. Serão aceitos como atividades complementares os itens abaixo relacionados, após o ingresso do aluno no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFPel, ficando condicionado o estudo de aproveitamento por parte do colegiado.

Serão consideradas atividades complementares:

**Disciplinas Optativas:** serão consideradas disciplinas eletivas aquelas oferecidas pelo Departamento de Administração e Turismo (extra grade curricular do curso e fora a optativa obrigatória) ou disciplinas cursadas em outras unidades da UFPel ou outra IES, desde que contribuam com a formação do perfil do Tecnólogo em Gestão Pública (máximo uma disciplina).

**Participação em Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão:** o aluno poderá contabilizar no máximo 60 horas (sessenta) da carga horária total.

**Participação em Seminários, Congressos, Fóruns, Encontros, Palestras, Workshops e Cursos:** o aluno poderá solicitar aproveitamento da carga horária total dessas atividades como atividade complementar, desde que relacionadas com a formação do Tecnólogo em Gestão Pública, mediante o encaminhamento de cópia do certificado de participação e relatório da atividade ao Colegiado de Curso, o qual aprovará a atividade.

**Semana Acadêmica:** a participação será contabilizada integralmente, mediante o

encaminhamento de cópia do certificado ao Colegiado.

**Prática de Estudos e Atividades Independentes:** serão consideradas como prática de estudos e atividades independentes atividades como: cursos de línguas estrangeiras; cursos de redação em Português; Português Instrumental; Comunicação e oratória; cursos de informática. Serão consideradas como válidas as atividades devidamente comprovadas e que foram realizadas após o ingresso do acadêmico no curso de graduação, fica vetado o aproveitamento de tais práticas realizadas antes do ingresso na Universidade.

Serão também considerados como prática de estudos a formação de grupos de estudos, tendo um professor do DAT e/ou de outra unidade da UFPEL como tutor, na prática de estudos de textos, discussões e reflexões de temas relacionados com o curso de Administração, de forma que os participantes dos grupos construam e expressem suas idéias e percepções de forma interativa e criativa, possibilitando a construção do seu conhecimento.

**Participação na Diretoria de Empresas Juniores:** a participação na diretoria da empresa júnior do Curso de Administração por gestão (01 ano) corresponderá a 60 horas de atividades complementares, mediante comprovante encaminhado ao Colegiado de Curso, com as respectivas atividades realizadas no período, os quais serão avaliados pelo Colegiado de Curso.

**Monitoria:** da carga horária total de atividades de monitoria o aluno poderá contabilizar no máximo 60 (sessenta) horas como atividade complementar, mediante o encaminhamento do Relatório de Atividades devidamente assinado pelo professor orientador ao Colegiado de Curso.

**Ministrante de cursos, palestras, seminário:** serão considerados os temas relacionados com a formação do Tecnólogo em Gestão Pública; divulgação do curso; divulgação de projetos de pesquisas e extensão; trabalhos com Escolas da rede Pública (Municipal e Estadual), Escolas Particulares e cursos Pré-Vestibular. Poderá ser contabilizado 20 (vinte) horas por atividade.

**Apresentação de Trabalhos em Congressos, Fóruns e Seminários:** cada apresentação de trabalho corresponderá a 20 horas, mediante o encaminhamento de uma cópia do trabalho e cópia do comprovante de apresentação, que será avaliada pelo Colegiado de Curso.

**Publicações em Revistas e Anais de Congressos:** cada trabalho publicado corresponderá a 20 horas, mediante o encaminhamento de cópia do artigo ao Colegiado de Curso, o qual será avaliado pelo mesmo.

**Publicações em Jornais:** cada trabalho publicado corresponderá a 10 horas, mediante o encaminhamento de uma cópia do artigo ao Colegiado de Curso, o qual será avaliado pelo mesmo.

**Atividades Voluntárias:** serão consideradas aquelas que contribuem com a formação do aluno e do cidadão, conferindo habilidades especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com ações junto à comunidade (Associações de Bairro, ONGS, Atividades Comunitárias). Serão contabilizadas no máximo 20 (vinte) horas, desde que devidamente

comprovadas e avaliada pelo colegiado.

**Produção de Vídeos e/ou material audiovisual:** serão considerados os materiais produzidos que tenham vínculo com as áreas e/ou disciplinas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFPel, como vídeo aulas e demais materiais produzidos com finalidade didática e/ou relacionada as atividades do Curso, conforme apreciação do Colegiado.

**Formação Livre ou Opcional:**

Será composta por atividades criadas ou validadas pelo Colegiado no decorrer do Curso, bem como pelas Disciplinas Optativas não utilizadas para aproveitamento na formação complementar, quais sejam:

LIBRAS – 68 horas

Gestão Ambiental e Sustentabilidade – 68 horas

Gestão de Serviços no Setor Público – 68 horas

Inovação Tecnológica – 68 horas

Gestão do Conhecimento – 68 horas

## 8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

### ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH</b>
<b>1º SEMESTRE</b>	1.1. Introdução a Administração	68
	1.2. Análise de Políticas Públicas	68
	1.3. Matemática Financeira (EAD)	68
	1.4. Formação do Brasil e do Estado Brasileiro	68
	1.5. Elaboração de Trabalhos Acadêmicos e Redação de Documentos Oficiais	68
	1.6. Direito Público e Legislação	68
<b>TOTAL</b>		<b>408</b>



	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH</b>
<b>2º SEMESTRE</b>	2.1. Contabilidade Pública	68
	2.2. Ética e Responsabilidade Social	68
	2.3. Economia na Gestão Pública	68
	2.4. Estatística Descritiva (EAD)	68
	2.5. Psicologia Organizacional	68
	2.6. Planejamento Estratégico	68
<b>TOTAL</b>		<b>408</b>

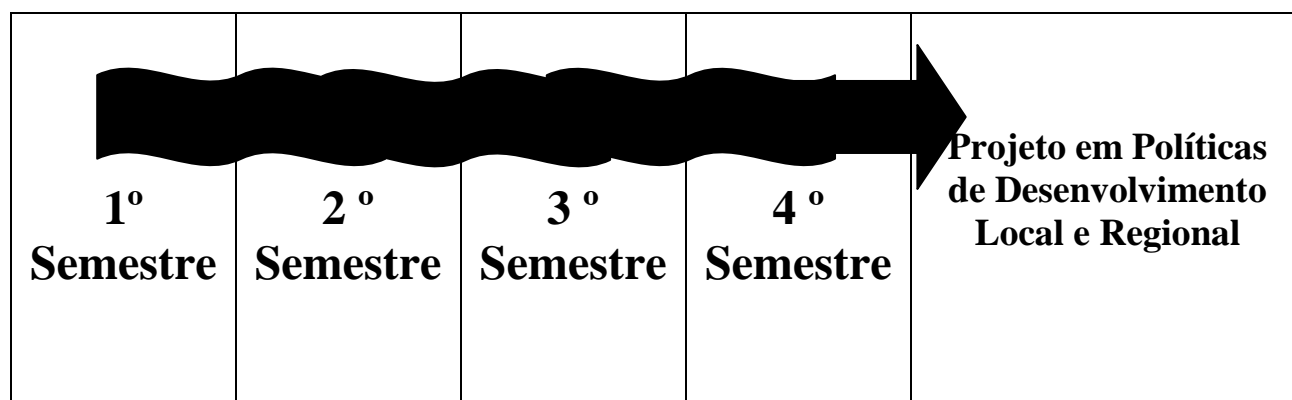
	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH</b>
<b>3º SEMESTRE</b>	3.1. Administração Financeira e Orçamento Público	68
	3.2. Gestão de Materiais e Patrimônio no Setor Público	68
	3.3. Gestão de Pessoas no Setor Público	68
	3.4. Sistemas de Informações e Decisões Gerenciais no Setor Público	68
	3.5. Seminários em Gestão Pública	68
<b>TOTAL</b>		<b>340</b>

	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH</b>
<b>4º SEMESTRE</b>	4.1. Qualidade na Gestão Pública	68
	4.2. Marketing no Setor Público	68
	4.3. Elaboração e Análise de Projetos	68
	4.4. Projeto em Políticas de Desenvolvimento Local e Regional	68
	4.5. OPTATIVA	68
<b>TOTAL</b>		<b>340</b>

	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH</b>
<b>OPTATIVAS</b>	5.1. LIBRAS	68
	5.2. Gestão Ambiental e Sustentabilidade	68
	5.3. Gestão de Serviços no Setor Público	68
	5.4 Inovação Tecnológica	68
	5.5 Gestão do Conhecimento	68
<b>TOTAL</b>		<b>340</b>

	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CH</b>
	6.0. Atividades Complementares	<b>154</b>

## 9. DESENHO REPRESENTATIVO DO CURRÍCULO



## 10. EMENTÁRIO

### 10.1 SEMESTRE I

#### INTRODUÇÃO A ADMINISTRAÇÃO

Empresa e Sociedade. A empresa e sua complexidade. Funções da empresa. Evolução da Teoria Geral da Administração: escola clássica, escola de relações humanas, escola comportamentalista, o modelo burocrático, teoria de sistemas, abordagem contingencial e administração por objetivos. Novas abordagens da Administração.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- CARAVANTES, Geraldo R.; CARAVANTES, Claudia B.; KLOECKNER, Mônica C. Administração: Teorias e Processos 1.ed. São Paulo: Pearson Education, 2007.
- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 5.ed. São Paulo: Makron Books, 1997.
- FERREIRA, Ademir Antônio; REIS, Ana Carla Fonseca e PEREIRA, Maria Isabel. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias. São Paulo: Thompson Learning, 2002.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- ARAUJO, Luis César. Teoria Geral da Administração: aplicação e resultados nas empresas brasileiras. 1.ed . São Paulo: Atlas, 2004.
- MAXIMIANO, Antônio C. A. *Teoria Geral da Administração. Da escola científica à competitividade em economia globalizada*”. São Paulo: Atlas, 1997.
- STONER, James A. e FREEMAN, R. Edward. Administração. 5.ed . Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985.

## **ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

1.Estado e governo; 2. Teoria Democrática Contemporânea; 3. Políticas Públicas: origens e precursores; conceitos fundamentais; classificação das políticas públicas; políticas públicas no Brasil: formação da área de estudo; decisões das políticas: processo de decisão e arenas decisórias.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ABRUCIO, F.L. Os Barões da Federação. *Lua Nova*, (33), 1994, p. 165-183.
- ARISTÓTELES, *Política*. Brasília: UnB, 1985.
- ARRETCHE, Marta T. S. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. São Paulo: FAPESP; Rio de Janeiro 2001.
- \_\_\_\_\_. Dossiê agenda de pesquisa em Políticas Públicas. *RBCS*, v.18 (51), 2003.
- \_\_\_\_\_. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo, *RBCS*, v.14 (40), 1999.
- ARRETCHE, Marta T. S. / MARQUES, Eduardo. Municipalização da saúde no Brasil: diferenças regionais, poder do voto e estratégias de governo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7 (3), 2002.
- AVELAR, Lúcia / CINTRA, Antônio Octávio (Org.) *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer / Unesp, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *A Teoria das formas de governo*. 6ed. Brasília: UnB, 1992.

- \_\_\_\_\_. *Teoria Geral da Política*. 2ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BOBBIO et al. *Dicionário da Política*. 6ed. Brasília: UnB, 1994.
- BOBBIO / BOVERO. *Sociedade e Estado na Filosofia Política moderna*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CRUZ, Paulo. Parlamentarismo puro na Inglaterra In: *Parlamentarismo em Estados contemporâneos*. Itajaí/Blumenau: Univali/FURB, 1998
- DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora Unb, 2001.
- DAGNINO, Evelina (org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- DUVERGER, Maurice. *Ciência Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FARIA, Carlos A. P. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *RBCS*, v. 18 (51), 2003.
- FIGUEIREDO, A.C., LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV-FAPESP, 2001.
- FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 21, 2000.
- REIS, Elisa P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. *RBCS*, v. 18 (51) 2003.
- SANTOS Jr, O. / RIBEIRO, Luiz e AZEVEDO, Sérgio (orgs.). *Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- SARTORI, Giovanni. *Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Engenharia constitucional*. Brasília: UnB, 1996.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SOUZA, Celina (Org.). *Governo, políticas públicas e elites nos estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- \_\_\_\_\_. Políticas Públicas: uma revisão da literatura *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8 (16), jul/dez 2006.
- \_\_\_\_\_. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *RBCS*, v.18 (51), 2003.
- \_\_\_\_\_. Elites ou /lobbies: quem formula as políticas públicas brasileiras?. *RBCS*., Jun 2001, v.16 (46), p. 182-183.
- VERNEY, Douglas. O Parlamentarismo In: CARDOSO/ MARTINS. *Política & Sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1983.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1996.

## **MATEMÁTICA FINANCEIRA (EAD)**

Juros simples e compostos. Descontos simples e compostos. Taxas equivalentes, efetivas e nominais. Equivalência de Capitais. Conjunto de Capitais. Rendas certas ou anuidades. Modelos Genéricos de Anuidades. Amortização de empréstimos.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Mathias, Washington F. & Gomes, José M. - Matemática Financeira - Ed. Atlas 1995

Vieira Sobrinho, José Dutra – Matemática Financeira – Ed. Atlas - 1997

Assaf Neto, Alexandre – Matemática Financeira e suas aplicações – 5ª ed. – Ed. Atlas – 2000

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

Faro, Clóvis de - Matemática Financeira - 9ª ed. - São Paulo, Atlas 1993

Shinoda, Carlos – Matemática Financeira para usuários do Excel – 2ª ed. – Ed. Atlas – 1988

Laureano, J. L. & Leite, O . V. - Os Segredos da Matemática Financeira - Ed. Ática

Paulo: Atlas, 2004.

## **FORMAÇÃO DO BRASIL E DO ESTADO BRASILEIRO**

Formação do Brasil. Característica da sociedade brasileira (Raízes do Brasil e seus desdobramentos). Formação do Estado Brasileiro. Evolução do Estado Brasileiro (patrimonialista, burocrático e a nova administração pública). Administração pública no Brasil. Pensamento Social Brasileiro. Administração e o Contexto Brasileiro.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BRUM, Argemiro. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 20ª ed. Ijuí. UNIJUI, 1999.

FURTADO, Celso. A armadilha histórica do subdesenvolvimento. In: Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 17ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1984 (1ª ed. 1936).

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 22<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1983.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. 7<sup>a</sup> ed., (2 vols.). Rio de Janeiro, Globo 1987 (1<sup>a</sup> ed. 1958).

## **ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS E REDAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS**

Trabalhos acadêmicos e questões metodológicas, tipos de trabalhos e apresentação. Documentos administrativos empresariais. Documentos administrativos oficiais.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro, 2003.

ANDRADE, Maria Margarida de. Medeiros, João Bosco Medeiros. Comunicação em língua portuguesa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL, Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Júnior. 2ed.rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

FURASTÉ, Pedro Augusto. Normas Técnicas para Trabalho Científico; explicação das Normas da ABNT. 15 ed. Porto Alegre: s.n., 2010.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GOLD, Miriam. Redação Empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização. 3ed.- São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 19.ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

## **DIREITO PÚBLICO E LEGISLAÇÃO**

Direito Público e Direito Privado. Direito Administrativo e Administração Pública. Regras de Interpretação do Direito Administrativo. Fontes do Direito. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Meios de Controle Constitucional da Administração Pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Servidores Públicos. Licitação e Contratos Administrativos. Responsabilidade Civil do Poder Público. Interpretação e aplicação da lei penal. Crimes contra a Administração Pública.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 16. Ed. São Paulo: Forense Jurídica, 2009.

BRASIL. Lei 8.112/1990. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm) Acesso em 12 dezembro 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, 24. ed., Atlas, 2011.

VADE MECUM. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CAPEZ, Fernando. *Curso de Direito Penal - Vol I*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_. *Curso de Direito Penal - Vol III*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2007.10.2

## **10.2 SEMESTRE II**

### **CONTABILIDADE PÚBLICA**

Noções de contabilidade geral. Fundamentação da Contabilidade Pública. Estrutura do Patrimônio Público. Escrituração do Patrimônio Público, e Demonstrações Contábeis Públicas

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

KOHAMA, Hélio. Contabilidade pública: teoria e prática. – 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

QUINTANA, Alexandre Costa...[et al]. Contabilidade pública: de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal. – São Paulo: Atlas, 2011.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão Pública: gestão pública aplicada: União, Estados e Municípios, gestão pública no Brasil, de JK à Lula, gestão orçamentária e financeira, a gestão fiscal responsável, tributação e orçamento, tópicos especiais em contabilidade pública, gestão das contas nacionais, gestão ecológica e ambiental. – 2. ed. rev. e atualizada. – São Paulo: Saraiva, 2010.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

IUDÍCIBUS, Sérgio et al./Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade USP. Contabilidade Introdutória. – 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, José Matias. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações

governamentais. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na Contabilidade Municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. – 2 ed. – 5. reimp. – São Paulo: Atlas, 2008.

## **ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL**

Fundamentos filosóficos sobre a natureza humana. Ética e seus fundamentos. Ética e moral. Os usos da ética. Problemas morais e éticos. Evolução das funções do Estado. Primeiro, Segundo e Terceiro Setor (origens). Relações entre Mercado, Estado e Organizações da Sociedade Civil (quem tem responsabilidade social?). Responsabilidade Social e Terceiro Setor. Redes Sociais. Indicadores de Responsabilidade Social.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

FONTES, B. A. S. M. Capital social e terceiro setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias. In: MARTINS, P. H.; FONTES, B. A. S. M. (orgs.)

Redes Sociais e saúde: novas possibilidades teóricas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.

RAMOS, A.G. A nova ciência das organizações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. Cap. 7 e 8.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ERNANDES, R.C. Privado porém Público: O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

KISSLER, Leo. Ética e participação: problemas éticos associados à gestão participativa nas empresas. Florianópolis, Edit. UFSC, 2004.

LANDIM, Leilah. Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

## **ECONOMIA NA GESTÃO PÚBLICA**

O papel no estado nas economias de mercado. Teoria do bem-estar. Eficiência e equidade das políticas públicas. Escolha pública. Teoria da tributação. O setor público no Brasil.



## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo, Economia do Setor Público no Brasil, 1ª Edição, Editora Campus, 2005.

GAMBIAGI, Fábio e ALEM, Ana Cláudia. Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil. Editora Campus, 1999.

MENDES, Marcos. Gasto Público Eficiente: Propostas para o Desenvolvimento do Brasil. Instituto Braudel, 2006.

RIANI, Flávio. Economia do setor público: Uma Abordagem Introdutória. São Paulo: Atlas, 1986.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BIELCHOWSKI, Ricardo. “Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento”. Contraponto, 1998.

BRUM, Argemiro. “O Desenvolvimento Econômico Brasileiro”. Vozes, 1995.

## **ESTATÍSTICA APLICADA (EAD)**

Estatística e pesquisa científica; construção de tabelas e gráficos; medidas de posição e de dispersão; assimetria e curtose; covariância, correlação e regressão; aplicações nas ciências sociais e na educação.

## **BIBLIOGRAFIA**

BHATTACHARYYA, G.K.; JOHNSON, R.A. **Statistical concepts and methods**. New York: John Wiley, 1977.

BUSSAB, W.O. e MORETTIN, P.A. **Estatística básica** - 5. ed. - São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

FERREIRA, D.F. **Estatística básica**. Lavras: Editora UFLA, 2005.

SILVA, J.G.C. da. Estatística Básica. Versão preliminar. Instituto de Física e Matemática, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 1992. 173p.

SILVEIRA, Jr., P.S., MACHADO, A.A., ZONTA, E.P., SILVA, J.B. Curso de Estatística, vol.1. Pelotas: Editora Universitária, UFPEL. Pelotas, 1989.135p.

Sistema Galileu de Educação Estatística

## **PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL**

Psicologia organizacional enfocando indivíduo, grupos, equipes de trabalho, cultura e mudança

organizacional, liderança e tomada de decisão e qualidade de vida no trabalho.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

DUBRIN, Andrew J. Fundamentos do Comportamento Organizacional. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MUCHINSKY, Paul M. Psicologia Organizacional. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MORIN, Estelle. AUBÉ, Caroline. Psicologia e Gestão. São Paulo: Atlas, 2009.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

OLIVEIRA, Jayr F.; SILVA, Edison Aurélio da. Gestão Organizacional: Descobrimos uma chave de sucesso para os negócios. São Paulo: Saraiva, 2006

SPECTOR, Paul E. Psicologia nas Organizações. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

WEWSTROM, John. Comportamento Organizacional: o comportamento humano no trabalho. 12 ed. São Paulo: Mc Graw Hill. 2008.

### **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Conceitos de Planejamento Estratégico. Missão, Visão, Valores e Análise Ambiental. Modelos de Planejamento Estratégico. Políticas Públicas e Planejamento Estratégico. Planejamento Governamental

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GHEMAWAT, P. A estratégia e o cenário dos negócios. Porto Alegre: Bookman, 2000.

LUECKE, R. Estratégia. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MINTZBERG, H. Safári de Estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2002.

PORTER, M.E. *Estratégia competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1991

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CARVALHO, M. M. Inovação – Estratégias e Comunidades de Conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009.

MINTZBERG, Henry. *Ascensão e queda do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman, 2004.

OLIVEIRA, Dejalma de Pinho Rebouças. Estratégia Empresarial e Vantagem Competitiva: Como estabelecer, implementar e avaliar. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

### **10.3 SEMESTRE III**

#### **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO**

Planejamento do Orçamento Público. Receita Pública. Despesa Pública. Licitações e Contratos Administrativos. Lei de Responsabilidade Fiscal

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

KOHAMA, Hélio. Contabilidade pública: teoria e prática. – 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

QUINTANA, Alexandre Costa...[et al]. Contabilidade pública: de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal. – São Paulo: Atlas, 2011.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Gestão Pública: gestão pública aplicada: União, Estados e Municípios, gestão pública no Brasil, de JK à Lula, gestão orçamentária e financeira, a gestão fiscal responsável, tributação e orçamento, tópicos especiais em contabilidade pública, gestão das contas nacionais, gestão ecológica e ambiental. – 2. ed. rev. e atualizada. – São Paulo: Saraiva, 2010.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

PEREIRA, José Matias. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na Contabilidade Municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. – 2 ed. – 5. reimp. – São Paulo: Atlas, 2008.

SLOMSKI, Valmor. Controladoria e Governança na Gestão Pública. – 1. ed. – 3. reimp. – São Paulo: Atlas, 2009.

#### **GESTÃO DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO NO SETOR PÚBLICO**

Conhecimentos técnico-gerenciais na área de administração de recursos materiais e patrimoniais do setor público e a sua inter-relação com as demais áreas da organização, fornecendo condições de aprendizagem no desenvolvimento e implantação dos processos de suprimento, armazenagem, licitações e movimentação de materiais.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BALLOU, Ronald H. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão. São Paulo. Atlas:2009.

POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: Uma Abordagem Logística. 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DORNIER, PHILIPPE-PIERRE et al. Logística e operações globais: Texto e Casos. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JUNIOR, José Calasans. Manual da licitação: Orientação Prática para o Processamento de Licitações, com Roteiros de Procedimento, Modelos de Carta-Convite e de Editais, de Atas de Sessões Públicas e de Relatórios de Julgamentos de Propostas. 1.Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TAYLOR, DAVID A. Logística na Cadeia de Suprimentos: uma Perspectiva Gerencial. São Paulo: Editora Pearson Education/ADDISON WESLEY BRASIL: 2006.

### **GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO**

O sistema de gestão de pessoas no contexto do serviço público, sua evolução na teoria administrativa, os sub-sistemas básicos e seus respectivos processos componentes: provisão, manutenção e aplicação. Desafios, tendências e os novos paradigmas da administração de recursos humanos.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BRASIL. Lei 8.112 de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm)

DUTRA, J.S. Gestão de pessoas: modelos, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002.

FREITAS, Maria Ester de. Cultura Organizacional: evolução e crítica. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

IVANCEVICH, John. Gestão de recursos humanos. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Qualidade de Vida no Trabalho: Conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. São Paulo: Atlas, 2007.

----- Práticas de Recursos Humanos: Conceitos, Ferramentas e Procedimentos. São Paulo: Atlas, 2010.

MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, John W. Administração de recursos humanos. São Paulo: Atlas, 1999.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GOMES, João Carlos; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. Cultura e transformação do trabalho no porto de Santos. Revista de Administração Pública – RAP, FGV/EBAPE, Nov/Dez 2008

LUZ, Ricardo. Gestão do Clima Organizacional. Rio de Janeiro: Qualitmark, 2003.

MOTTA; Fernando Prestes; CALDAS, Miguel. Cultura Organizacional e Cultura Brasileira. São Paulo: Atlas, 1997

WOOD JR, Thomaz; CALDAS, Miguel. Comportamento Organizacional: uma perspectiva brasileira. São Paulo: Atlas, 2007.

### **SISTEMAS DE INFORMAÇÕES E DECISÕES GERENCIAIS NO SETOR PÚBLICO**

Definição de sistemas de informação. Introdução a gestão da informação. Fundamentos de tomada de decisão nas organizações. O processo decisório nas organizações. Sistemas de Informação e Tecnologia da Informação. Tipos de Sistemas de Informação. Tópicos em Sistemas de Informação. Internet. E-commerce. E-business. E-gov. Implementação de SI nas organizações.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ABRAMCZUK, André A. A Prática da Tomada de Decisão. São Paulo: Atlas, 2009.

GORDON, S. & GORDON, J. Sistemas de Informação – Uma Abordagem Gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

O'BRIEN, James A., MARAKAS, George M. Administração de Sistemas de Informação – Uma introdução. São Paulo: McGrawHill, 2007.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GRAEML, A. Sistemas de Informação – O Alinhamento da Estratégia de TI com a Estratégia Corporativa. São Paulo: Atlas, 2000.

LAUNDON, K. & LAUDON, J. Sistemas de Informação Gerenciais: Administrando a Empresa Digital. Prentice Hall, 2004.

POLIZELLI, Demerval L., OZAKI, Adalton M. Sociedade da Informação – Os desafios da era da colaboração e da gestão do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2008.

## **SEMINÁRIOS EM GESTÃO PÚBLICA**

Evolução da administração pública no Brasil. Temas importantes de Gestão sobre a ótica da Gestão Pública. Discussões contemporâneas no que se refere à gestão na administração pública. Reflexões comparativas acerca de abordagens, tanto antigas quanto recentes, bem como das diferentes áreas da administração pública. Atualidades em Gestão Pública.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

KEINERT, T. M. Administração Pública no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.

LIMA, C. A. N. Administração Pública. 2ed. Rio de Janeiro: Impetus/Campus, 2005.

SANTOS, C. S. Introdução à Gestão Pública. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

NASCIMENTO, E. R. Gestão Pública. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

## **10.4 SEMESTRE IV**

### **QUALIDADE NA GESTÃO PÚBLICA**

Evolução do conceito da Qualidade. Ferramentas gerenciais: (Diagrama de Causa e Efeito, Matriz GUT, Ciclo PDCA). Programa Nacional da Gestão Pública- GesPública: visão geral do sistema, princípios, fundamentos e critérios de avaliação.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ABRANTES, José. Programa 8S: da alta administração à linha de produção: o que fazer para aumentar o lucro? Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

ALVAREZ, Maria Esmeralda Ballester. Administração da Qualidade e da Produtividade. Editora Atlas, São Paulo, 2001.

BRASIL. Decreto nº 3.0507 de 13 de junho de 2000. Dispõe sobre o estabelecimento de padrões de qualidade na prestação de serviços públicos. Disponível em: <[http:// www010.dataprev.gov.br](http://www010.dataprev.gov.br). Acesso em 15.09.2010.

BRASIL. Decreto nº 5.378 de 23 de fevereiro de 2005. Institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização-GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.revistajuridica.com.br/content/legislação.asp?id=7283>>. Acesso 15.09.2010.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CAMPOS, Vicente Falconi. TQC- Controle da Qualidade Total (no estilo Japonês). Nova Lima-MG:INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 8ª edição,2004

LAS CASAS, Alexandre L. Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos. 5ªed. São Paulo:Atlas,2006.

PALADINI, Edson Pacheco. “*Gestão da Qualidade: Teoria e Prática*”. Editora Atlas, São Paulo, 2000.

PALADINI, Edson Pacheco. *Gestão da Qualidade: Teoria e Prática*. Editora Atlas, São Paulo, 2000.

## **MARKETING NO SETOR PÚBLICO**

Evolução do conceito de marketing. Ambiente de marketing: micro e macroambiente. Pesquisa de mercado. O papel do marketing na sociedade. A ética no marketing. A relação entre o planejamento estratégico e o papel do marketing. Desenvolvimento de estratégias de marketing no setor público.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

KOTLER, Philip e LEE, Nancy. “*Marketing no Setor Público*”. Porto Alegre: Bookman, 2008.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

KOTLER, Philip e KELLER, Kevin Lane “*Administração de Marketing*”. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2005.

CHURCHILL, Gilbert A., Jr. e Peter, Paul J. “*Marketing: criando valor para os clientes*”. 2. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

KOTLER, Philip. e ARMSTRONG, Gary. “*Princípios de Marketing*”. 7. ed. Rio de Janeiro: Prentice – Hall do Brasil, 1998.

## **ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS**

Elaboração e análise de projetos de investimentos para empresas / organizações públicas. Avaliação econômico e financeira sob o ponto de vista da utilidade pública: benefício social, geração de renda e emprego. Impacto sócio econômico: regional e local.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BUARQUE, Cristóvam. *Avaliação Econômica de Projetos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2008.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CLEMENTE, Ademir (org). *Projetos empresariais e públicos*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KEELING, Ralph. *Gestão de projetos – uma abordagem global*. São Paulo: Saraiva, 2010.  
MONTALVÃO, Elisamara Godoy. *Gestão de obras públicas*. São Paulo: IBPEX, 2010.

## **PROJETO EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL**

Planos econômicos. Crescimento econômico. Modelos econômicos. Desenvolvimento regional.  
Fontes de financiamento para desenvolvimento. Projeto de desenvolvimento regional.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BIDERMAN, Ciro. ARVATE, Paulo (org.). *Economia do Setor Público no Brasil*. São Paulo: Campus FGV EAESP, 2005  
NASCIMENTO, Edson Ronaldo. *Gestão Pública*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.  
SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DALLA COSTA, Armando João. GRAF, Márcia Elisa de Campos (org.). *Estratégias de desenvolvimento urbano e regional*. Curitiba: Juruá, 2004.  
FEIJÓ, Ricardo. *Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2007.  
FONSECA, Manoel Alcino Ribeiro da. *Planejamento e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Thomson, 2006.

### **OPTATIVAS**

#### **LIBRAS**

Uma introdução à Língua de Sinais, uma comunicação visual, com sua gramática. Alfabeto manual. Diálogos com estruturas afirmativas, negativas e interrogativas. Expressões de quantificação e intensidade – adjetivação. Descrição. Narrativa básica

### **BIBLIOGRAFIA**

AMORIM, S.L. *Comunicando a Liberdade: A Língua das Mãos*, Florianópolis, 2000.  
CAPOVILLA, F. *Diccionario Trilingue de LIBRAS*, 2001.  
FELIPE, T. *Integração Social e Educação dos Surdos*, Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993.  
LOPES, M.C. *Relações de Poderes no Espaço Multicultural da Escola para Surdos*. In: Skliar (ed), 1998, p.105-122.



## **GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

Conceitos e histórico da questão ambiental. Princípios do desenvolvimento sustentável. Impactos e aspectos ambientais. Gestão Ambiental nas organizações públicas e privadas. Legislação ambiental. Políticas públicas ambientais. Gestão ambiental pública e sustentabilidade. Estudos de caso.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ANDRADE, R. O. B. de; TACHIZAWA, T. Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

CAVALCANTI, C. (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, Â. D. da C.; MELLO, M. C. A. de. Gestão socioambiental estratégica. Porto Alegre: Bookman, 2008.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRITO, F. de A.; CÂMARA, J. B. D. Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades: Estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

## **GESTÃO DE SERVIÇOS NO SETOR PÚBLICO**

A Administração de Operações de Serviço. Relacionamento com clientes e fornecedores. Entrega de serviços (processos de serviços, capacidade produtiva do serviço, pessoas de serviço, estrutura). Administração do desempenho. Formulação e desenvolvimento de estratégias de serviços.

### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. Administração de Serviços: operações, estratégias e tecnologia da informação. 4. ed. Bookman: Porto Alegre, 2005

LOVELOCK, C., WRIGHT, L. Serviços: Marketing e Gestão. Saraiva: São Paulo, 2005.

JOHNSTON, R.; CLARK, G. Administração de Operações de Serviços. Atlas: São Paulo, 2008.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CORRÊA, H. L. e CAON, M. Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes. São Paulo: Atlas, 2002.

GIANESI, I.G.N.; CORRÊA, H.L. Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

NORMANN, R. Administração de Serviços: estratégia e liderança na empresa de serviços. São Paulo: Editora Atlas, 1993.

## **GESTÃO DO CONHECIMENTO**

A evolução dos modelos de gestão. O conhecimento e as organizações. Dimensões da Gestão do Conhecimento. Condições organizacionais para implementação da Gestão do Conhecimento. Ferramentas de Tecnologia da Informação para a Gestão do Conhecimento. Indicadores da Gestão do Conhecimento.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

KROGH, G. V.; ICHIJO, K.; NONAKA, I. Facilitando a criação do conhecimento: reinventando a empresa com o poder de inovação contínua.

NONAKA, I. & TAKEUCHI, H. Criação do conhecimento na empresa. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TERRA, J. C. Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial. Rio de Janeiro: Negócio, 2000.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BRANDÃO, L. C. A gestão do conhecimento nas empresas do setor industrial da cidade de Sorocaba no estado de São Paulo. 2006. 138f. Dissertação – Universidade Paulista, São Paulo.

STEWART, T. A. Capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

DAVENPORT, T. H. Ecologia da informação. 4 ed. São Paulo: Futura, 1998.

## **INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**

Ciência, tecnologia e sociedade. O ciclo de vida da tecnologia. Inovação tecnológica: abordagem conceitual. O processo de inovação tecnológica. Modalidades de acesso às tecnologias. Tecnologia e crescimento econômico. Inovação e tecnologia: integração vertical. Eixos da gestão de tecnologia. A dimensão industrial e a inovação. Implicações da inovação na estrutura da

empresa. Inovação como estratégia de competitividade na empresa. Articulação entre estratégia tecnológica e estratégia empresarial. Empreendedorismo e Tecnologia: incubadoras de empresas e parques tecnológicos. O valor da inovação em mercados globalizados. Diminuindo os riscos da inovação. Acumulação de competências tecnológicas. Auditoria tecnológica. Construção de indicadores para inovação.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ABREU, Aline. Gestão da Inovação – Uma abordagem Orientada à Gestão Corporativa. Santa Catarina: IGTI, 2001.

FIGUEIREDO, Paulo N. e RIFFIN, Norlela. Internacionalização de competências tecnológicas: Implicações para estratégias governamentais de inovação e competitividade da indústria eletrônica no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MATTOS, João Roberto Loureiro de. Gestão da Tecnologia e Inovação: Uma abordagem prática. São Paulo: Saraiva, 2005.

## **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BESSANT, J.; TIDD.; BECKER, E R. Inovação e Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FIGUEIREDO, P N. Gestão da Inovação Conceitos Métricas Experiências de Empresas no Brasil. LTC, 2009.

## **11. ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO-OBRIGATÓRIO**

É permitido ao aluno matriculado no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública a realização de Estágio Supervisionado não-obrigatório, conforme as orientações da PRG em [http://prg.ufpel.edu.br/documentos/Normas%20Estagios\\_UFPEL%20como%20Instituicao%20de%20Ensino\\_Res%2004-2009.pdf](http://prg.ufpel.edu.br/documentos/Normas%20Estagios_UFPEL%20como%20Instituicao%20de%20Ensino_Res%2004-2009.pdf).

A orientação e acompanhamento do Estágio Não - Obrigatório fica por conta do Coordenador do Curso, ou Comissão eleita pelo Colegiado ou Corpo Docente do curso, criada com esta finalidade.

## **12. AVALIAÇÃO**

De acordo com o Regimento Geral da UFPel (1977), Cap. V do Sistema de Ensino, artigos 183 a 198, a avaliação do processo ensino-aprendizagem é realizada por disciplina, abrangendo aspectos de assiduidade e avaliação do conhecimento.

O aluno deve ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas, e, a

avaliação do conhecimento é realizada mediante a realização de pelo menos 02 (duas) verificações, distribuídas ao longo do período, sem prejuízo de outras verificações de aula e trabalhos previstos no plano de ensino da disciplina.

A média aritmética das verificações constitui as notas semestrais, considerando aprovado o aluno que obtiver nota semestral igual ou superior a 7,0 (sete).

O aluno que obtiver média semestral inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 3,0 (três), submeter-se-á a um exame, versando sobre toda a matéria lecionada no período. Considerar-se-á definitivamente reprovado o aluno que obtiver média semestral inferior a 3,0 (três).

Considerar-se-á aprovado o aluno que, após realizar o exame, obtiver média igual ou superior a 5,0 (cinco), resultante da divisão por 2 (dois), da soma da nota semestral com a do exame.

Quanto à avaliação do curso em si, serão realizadas pesquisas junto aos egressos, onde será verificado a adequação das disciplinas e do curso como um todo ao mercado de trabalho, possibilitando a atualização constante através de Revisões do Projeto Pedagógico do Curso, quando for identificado tal necessidade.

Os professores do curso serão avaliados pelos alunos semestralmente, possibilitando conhecer a opinião dos alunos quanto aos métodos de ensino, formas de abordagem e os conteúdos trabalhados em aula, o que quando apresentado e discutido com os professores do curso favorecerá o aperfeiçoamento das metodologias e a busca de novos conhecimentos dos docentes, proporcionando assim uma constante evolução das aulas.

### **13. MATRÍCULAS**

As matrículas serão realizadas após a conclusão de cada etapa conforme o calendário da Universidade.

## 14. CARACTERIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>INTRODUÇÃO A ADMINISTRAÇÃO</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	1º semestre
OBJETIVO	Levar o aluno a ser capaz de reconhecer o papel da administração na sociedade atual e as várias escolas ou teorias administrativas, visando evidenciar sua importância e aplicabilidade na resolução de problemas políticos, econômicos e sociais.
EMENTA	Empresa e Sociedade. A empresa e sua complexidade. Funções da empresa. Evolução da Teoria Geral da Administração: escola clássica, escola de relações humanas, escola comportamentalista, o modelo burocrático, teoria de sistemas, abordagem contingencial e administração por objetivos. Novas abordagens da Administração.
PROGRAMA	<b>UNIDADE I</b> – Introdução a Teoria Geral da Administração 1.1 A ciência da administração. 1.2 Empresa e Sociedade; A empresa e sua complexidade; Funções da empresa. 1.3 As Funções básicas do Administrador: A Função Planejamento; A Função Organização; A Função Direção; A Função Controle. 1.4 O processo de Administração na prática. 1.5 Níveis e Habilidades dos Administradores. 1.6 O papel da administração no contexto atual. <b>UNIDADE II</b> – evolução do pensamento administrativo 2.1 A contribuição dos clássicos para a construção da ciência: Escola da Administração Científica e Escola Clássica. 2.2 O componente psicossocial nos fenômenos administrativos: a contribuição dos humanistas e comportamentalistas. 2.3 Estrutura e forma organizacional: a contribuição dos estruturalistas e burocratas.

	<p>2.4 A contribuição dos neoclássicos: revisão da abordagem clássica e administração por objetivos.</p> <p>2.5 A interdependência funcional interna e externa: a contribuição das abordagens sistêmico-contingenciais.</p> <p><b>UNIDADE III</b> – Novas abordagens</p> <p>3.1 Gestão da Qualidade Total</p> <p>3.2 Administração Empreendedora</p> <p>3.3 Administração Participativa</p> <p>3.4 Qualidade de Vida no Trabalho</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p>CARAVANTES, Geraldo R.; CARAVANTES, Claudia B.; KLOECKNER, Mônica C.  <b>Administração: Teorias e Processos</b> 1.ed. São Paulo: Pearson Education, 2007.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto. <b>Introdução à Teoria Geral da Administração</b>. 5.ed. São Paulo: Makron Books, 1997.</p> <p>FERREIRA, Ademir Antônio; REIS, Ana Carla Fonseca e PEREIRA, Maria Isabel. <b>Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias</b>. São Paulo: Thompson Learning, 2002.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p>ARAUJO, Luis César. <b>Teoria Geral da Administração: aplicação e resultados nas empresas brasileiras</b>. 1.ed . São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>MAXIMIANO, Antônio C. A. <i>Teoria Geral da Administração. Da escola científica à competitividade em economia globalizada</i>”. São Paulo: Atlas, 1997.</p> <p>STONER, James A. e FREEMAN, R. Edward. <b>Administração</b>. 5.ed . Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985.</p>

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	0560086
DEPARTAMENTO	Departamento de Sociologia e Política
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	1º semestre
OBJETIVO	Apresentar alguns dos conceitos básicos da Ciência Política, a partir de um enfoque rigoroso, voltado à definição e precisão das categorias analíticas, com ênfase à análise de políticas públicas.
EMENTA	1. Estado e governo; 2. Teoria Democrática Contemporânea; 3. Políticas Públicas: origens e precursores; conceitos fundamentais; classificação das políticas públicas; políticas públicas no Brasil: formação da área de estudo; decisões das políticas: processo de decisão e arenas decisórias.
PROGRAMA	<p><b>Módulo 1 – Formas de Governo</b></p> <p>1.1 – A forma clássica da teoria das formas de governo</p> <p>1.1.1 – Características fundamentais e categorias básicas</p> <p>1.1.2 – Concepções: Platão, Aristóteles, Políbios</p> <p>1.2 – A transição para a concepção moderna: a separação entre Estado e Governo</p> <p>1.2.1 – Características fundamentais: Estado, Soberania, Governo</p> <p>1.2.2 – Concepções: Maquiavel, Bodin, Hobbes, Locke e Rousseau</p> <p>1.3 – A concepção moderna de Governo</p> <p>1.3.1 – A Teoria dos três poderes: Montesquieu</p> <p>1.3.2 – Sistemas de Governo: Monarquia e República</p> <p>1.3.3 – Formas de Governo na concepção atual: presidencialismo e parlamentarismo</p>

	<p><b>Módulo 2 – Teoria Democrática Contemporânea</b></p> <p>2.1 – Representação política</p> <p>2.2 – Elites Políticas</p> <p>2.3 – Requisitos formais para uma poliarquia</p> <p><b>Módulo 3 – Políticas Públicas</b></p> <p>3.1 – A Área de políticas públicas</p> <p>3.1.1 – Apresentação da área: origens e precursores</p> <p>3.1.2 – Conceitos Fundamentais</p> <p>3.1.3 – Classificação das políticas: critérios e tipologias</p> <p>3.2 – Políticas Públicas no Brasil</p> <p>3.2.1 – O estado da arte: novo campo de estudo</p> <p>3.3 – A Decisão das Políticas</p> <p>3.3.1 – Processo decisão: Democracia, Federalismo, descentralização</p> <p>3.3.2 – Arenas decisórias: burocracia, grupos de interesse, grupos de pressão e sociedade civil e <i>lobbies</i></p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p>	<p>ABRUCIO, F.L. Os Barões da Federação. <i>Lua Nova</i>, (33), 1994, p. 165-183.</p> <p>ARISTÓTELES, <i>Política</i>. Brasília: UnB, 1985.</p> <p>ARRETCHE, Marta T. S. <i>Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização</i>. São Paulo: FAPESP; Rio de Janeiro 2001.</p> <p>_____. Dossiê agenda de pesquisa em Políticas Públicas. <i>RBCS</i>, v.18 (51), 2003.</p> <p>_____. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo, <i>RBCS</i>, v.14 (40), 1999.</p> <p>ARRETCHE, Marta T. S. / MARQUES, Eduardo. Municipalização da saúde no Brasil: diferenças</p>



regionais, poder do voto e estratégias de governo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7 (3), 2002.

AVELAR, Lúcia / CINTRA, Antônio Octávio (Org.) *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer / Unesp, 2004.

BOBBIO, Norberto. *A Teoria das formas de governo*. 6ed. Brasília: UnB, 1992.

\_\_\_\_\_. *Teoria Geral da Política*. 2ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOBBIO et al. *Dicionário da Política*. 6ed. Brasília: UnB, 1994.

BOBBIO / BOVERO. *Sociedade e Estado na Filosofia Política moderna*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CRUZ, Paulo. Parlamentarismo puro na Inglaterra. In: *Parlamentarismo em Estados contemporâneos*. Itajaí/Blumenau: Univali/FURB, 1998

DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora Unb, 2001.

DAGNINO, Evelina (org.) *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002

DUVERGER, Maurice. *Ciência Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FARIA, Carlos A. P. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *RBCS*, v. 18 (51), 2003.

FIGUEIREDO, A.C., LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV-FAPESP, 2001.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da

análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 21, 2000.

REIS, Elisa P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. *RBCS*, v. 18 (51) 2003.

SANTOS Jr, O. / RIBEIRO, Luiz e AZEVEDO, Sérgio (orgs.). *Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SARTORI, Giovanni. *Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

\_\_\_\_\_. *Engenharia constitucional*. Brasília: UnB, 1996.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SOUZA, Celina (Org.). *Governo, políticas públicas e elites nos estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas: uma revisão da literatura *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8 (16), jul/dez 2006.

\_\_\_\_\_. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *RBCS*, v.18 (51), 2003.

\_\_\_\_\_. Elites ou /lobbies: quem formula as políticas públicas brasileiras?. *RBCS.*, Jun 2001, v.16 (46), p. 182-183.

VERNEY, Douglas. O Parlamentarismo In: CARDOSO/ MARTINS. *Política & Sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1983.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1996.

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>MATEMÁTICA FINANCEIRA (EAD)</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	0100250
DEPARTAMENTO	DME
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	2º semestre
OBJETIVO	O aluno deverá ser capaz de compreender e resolver problemas de juros, descontos, e análise de investimentos e ainda relacionar os conceitos da disciplina com a prática de mercado.
EMENTA	Juros simples e compostos. Descontos simples e compostos. Taxas equivalentes, efetivas e nominais. Equivalência de Capitais. Conjunto de Capitais. Rendas certas ou anuidades. Modelos Genéricos de Anuidades. Amortização de empréstimos.
PROGRAMA	<p><b>1. Juros Simples</b></p> <p>1.1 Juros simples, capital, taxa de juros;  1.2 Cálculo dos juros e montante;  1.3 Taxas proporcionais e equivalentes;  1.4 Períodos não-inteiros;  1.5 Juros exato e comercial;  1.6 Valor atual, nominal e futuro.</p> <p><b>2. Descontos</b></p> <p>2.1 Descontos comercial, racional e bancário;  2.2 Taxa de juros efetiva;  2.3. Diferença entre desconto comercial e desconto racional;</p> <p><b>3. Juros Compostos</b></p> <p>3.1 Juros compostos;  3.2 Diferença entre os regimes de capitalização simples e composta;  3.3 Cálculo do juros compostos e montante;  3.4 Valor atual e nominal;  3.5 Taxas proporcionais e equivalentes;  3.6 Taxas efetivas e nominais;  3.7 Convenções linear e exponencial;</p> <p><b>4. Equivalência de Capitais</b></p> <p>4.1 Equivalência de capitais;</p>

	<p>4.2 Valor atual de um conjunto de capitais; 4.3 Conjuntos equivalentes de capitais.</p> <p><b>5. Anuidades</b> 5.1 Conceito, classificação; 5.2 Modelo básico de anuidade; 5.3 Valor atual do modelo básico; 5.4 Montante do modelo básico;</p> <p><b>6. Modelos Genéricos de Anuidades</b> 6.1 Anuidades diferidas; 6.2 Anuidade em que o período dos termos não coincide com aquele a que se refere a taxa; 6.3 Anuidade com termos constantes, segundo o modelo básico, mais parcelas intermediárias iguais; 6.4 Anuidade compostas por duas anuidades diferidas em seqüência; 6.5 Anuidades perpétuas; 6.6. Anuidades variáveis;</p> <p><b>7. Empréstimos</b> 7.1 Definições; 7.2 Classificação das modalidades de amortização;     7.2.1 Sistema de amortização constante;     7.2.2 Sistema Francês;     7.2.3 Sistema americano;     7.2.4 Sistema misto; 7.3 Comparação entre métodos.</p>
BIBLIOGRAFIA	<p><b>BÁSICA</b> Mathias, Washington F. &amp; Gomes, José M. - Matemática Financeira - Ed. Atlas 1995 Vieira Sobrinho, José Dutra – Matemática Financeira – Ed. Atlas - 1997 Assaf Neto, Alexandre – Matemática Financeira e suas aplicações – 5ª ed. – Ed. Atlas – 2000</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b> Faro, Clóvis de - Matemática Financeira - 9ª ed. - São Paulo, Atlas 1993 Shinoda, Carlos – Matemática Financeira para usuários do Excel – 2ª ed. – Ed. Atlas – 1988 Laureano, J. L. &amp; Leite, O . V. - Os Segredos da Matemática Financeira - Ed. Ática Paulo: Atlas, 2004.</p>

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>FORMAÇÃO DO BRASIL E DO ESTADO BRASILEIRO</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	0710306
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	1º semestre
OBJETIVO	Analisar criticamente de que maneira as características do Brasil e do Estado brasileiro impactam na concepção e no desenvolvimento da administração pública brasileira.
EMENTA	Formação do Brasil. Característica da sociedade brasileira (Raízes do Brasil e seus desdobramentos). Formação do Estado Brasileiro. Evolução do Estado Brasileiro (patrimonialista, burocrático e a nova administração pública). Administração pública no Brasil. Pensamento Social Brasileiro. Administração e o Contexto Brasileiro.
PROGRAMA	<p><b>Unidade 1 – Estamos no Brasil!</b></p> <p>1.1. Formação Brasil</p> <p>1.2. Características da Sociedade Brasileira (nossas raízes)</p> <p>1.3. Raízes e reflexos na sociedade brasileira.</p> <p>1.4 Cultura nacional</p> <p>1.5. Críticas à formação do Brasil</p> <p><b>Unidade 2 – O Estado brasileiro</b></p> <p>2.1. Formação do Estado brasileiro</p> <p>2.2. Estado Patrimonialista</p> <p>2.3. Estado Burocrático</p> <p>2.4. Nova Administração Pública</p> <p>2.5. Administração Pública no Brasil</p> <p><b>Unidade 3 – Pensamento Social Brasileiro</b></p>

	<p>3.1. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento</p> <p>3.2. Teorias da Dependência</p> <p>3.3. Mercado, Estado e Globalização</p> <p>3.4 Por uma outra globalização</p> <p><b>Unidade 4 – Administração (pública) e o contexto brasileiro</b></p> <p>4.1. Noções de Administração Pública</p> <p>4.2. Por uma ciência contextualizada</p> <p>4.3. Apropriação teórica</p> <p>4.4. Reconstruindo uma outra Administração Pública</p>
<p>BIBLIOGRAFIA</p>	<p><b>BÁSICA</b></p> <p>BRUM, Argemiro. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 20ª ed. Ijuí. UNIJUI, 1999.</p> <p>FURTADO, Celso. A armadilha histórica e subdesenvolvimento. In: <b>Brasil: a construção interrompida</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.</p> <p>RIBEIRO, Darcy. <b>O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil</b>. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque. <b>Raízes do Brasil</b>. 17ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1984 (1ª ed. 1936).</p> <p>FREYRE, Gilberto. <b>Casa-Grande &amp; Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal</b>. 22ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1983.</p> <p>FAORO, Raymundo. <b>Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro</b>. 7ª ed., vols.). Rio de Janeiro, Globo 1987 (1ª ed.</p>

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS E REDAÇÃO DE DOCUMENTOS OFICIAIS</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	1º semestre
OBJETIVO	Proporcionar aos acadêmicos conhecimentos sobre elaboração de trabalhos acadêmicos segundo as normas da ABNT e construção de documentos oficiais no serviço público.
EMENTA	Trabalhos acadêmicos e questões metodológicas, tipos de trabalhos e apresentação. Documentos administrativos empresariais. Documentos administrativos oficiais.
PROGRAMA	<p><b>UNIDADE I – Formatação de Trabalhos – Questões Metodológicas</b></p> <p>1.1 Tamanho do papel, fonte  1.2 Margens e parágrafos Conhecimento científico  1.3 Paginação e Títulos  1.4 Espacejamento  1.5 Capa e Folha de rosto  1.6 Como apresentar um trabalho científico</p> <p><b>UNIDADE II – Tipos de Trabalhos acadêmicos</b></p> <p>2.1 Definindo tipos de resumos: indicativo, informativo e crítico  2.2 Tipos de Relatórios  2.3 Definindo Teses  2.4 Definindo Dissertações  2.5 Monografias / Trabalhos de Conclusão de Cursos</p> <p><b>UNIDADE III – Como Apresentar trabalhos acadêmicos</b></p> <p>3.1 O papel do resumo em uma apresentação  3.2 Construção de slides e material de apoio para apresentações  3.3 Como usar o tempo em uma apresentação  3.4 Momentos fatais – hora da apresentação</p>

	<p><b>UNIDADE IV – DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS EMPRESARIAIS</b></p> <p>4.1 Ata  4.2 Atestado  4.3 Aviso ou comunicado  4.4 Circular  4.5 Convocação  4.6 Declaração</p> <p><b>UNIDADE V – DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS OFICIAIS</b></p> <p>5.1 Correspondência oficial  5.2 Ofício – definição e finalidade  5.3 Memorando oficial  5.4 Atos normativos conceitos básicos</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p>	<p><b>BÁSICA</b></p> <p>ABNT – <b>Associação Brasileira de Normas Técnicas</b>. Rio de Janeiro, 2003.</p> <p>BRASIL, Presidência da República. <b>Manual de redação da Presidência da República</b>. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Júnior. 2ed.rev. e atual. Brasília: Presidência da República,2002.</p> <p>FURASTÉ, Pedro Augusto. <b>Normas Técnicas para Trabalho Científico; explicação das Normas da ABNT</b>. 15 ed. Porto Alegre: s.n., 2010.</p> <p><b>COMPLEMENTAR:</b></p> <p>ANDRADE, Maria Margarida de. Medeiros, João Bosco Medeiros. <b>Comunicação em língua portuguesa</b>. 4 ed. São Paulo: Atlas,2006.</p> <p>GOLD, Miriam. <b>Redação Empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização</b>. 3ed.- São Paulo: Pearson Prentice Hall,2005</p> <p>MINAYO, M. C. de S. (Org.). <b>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</b>. 19.ed., Petrópolis: Vozes, 2001.</p>



<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>DIREITO PÚBLICO E LEGISLAÇÃO</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	0710283
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	1º semestre
OBJETIVO	Dotar o aluno de conhecimentos básicos, porém sólidos, acerca da legislação pública vigente no país, para que o mesmo possa desenvolver suas atividades na administração pública, sem incorrer em ilegalidades.
EMENTA	Direito Público e Direito Privado. Direito Administrativo e Administração Pública. Regras de Interpretação do Direito Administrativo. Fontes do Direito. Princípios Constitucionais da Administração Pública. Meios de Controle Constitucional da Administração Pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Improbidade Administrativa. Servidores Públicos. Licitação e Contratos Administrativos. Responsabilidade Civil do Poder Público. Interpretação e aplicação da lei penal. Crimes contra a Administração Pública.
PROGRAMA	<p><b>Unidade I – Noções iniciais sobre direito e legislação</b>  Direito Público e Direito Privado  Administração Pública  Direito Administrativo  Fontes do Direito</p> <p><b>Unidade II – Direito Constitucional</b>  Princípios constitucionais explícitos e implícitos  Controle constitucional da Administração Pública  Poderes Administrativos  Responsabilidade Civil do Poder Público</p> <p><b>Unidade III – Direito Administrativo</b>  Atos Administrativos: vinculado e discricionário  Revogação e Convalidação de atos administrativos  Contratos Administrativos  Licitação  Regime Jurídico Único e suas alterações  Improbidade Administrativa</p>

	<p><b>Unidade IV – Direito Penal</b>  Interpretação da Lei Penal  Crimes contra a Administração Pública</p>
BIBLIOGRAFIA	<p><b>BÁSICA</b></p> <p>ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. <b>Direito administrativo descomplicado</b>. 16. Ed. São Paulo: Forense Jurídica, 2009.</p> <p>BRASIL. Lei 8.112/1990. Disponível em <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm</a> Acesso em 12 dezembro 2010.</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <b>Direito Administrativo, 24. ed., Atlas, 2011.</b></p> <p><b>VADE MECUM</b>. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p><b>CAPEZ</b>, Fernando. <i>Curso de Direito Penal - Vol I</i>. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>_____. <i>Curso de Direito Penal - Vol III</i>. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p><b>MORAES</b>, Alexandre de. <i>Direito Constitucional</i>. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p>

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>CONTABILIDADE PÚBLICA</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não Tem
CÓDIGO	0710284
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	2º semestre
OBJETIVO	Propiciar ao aluno a aquisição de competências profissionais através dos conteúdos fundamentais da contabilidade pública.
EMENTA	Noções de contabilidade geral. Fundamentação da Contabilidade Pública. Estrutura do Patrimônio Público. Escrituração do Patrimônio Público, e Demonstrações Contábeis Públicas
PROGRAMA	<p><b>Unidade I – Noções de Contabilidade Geral</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contabilidade geral: conceito, objeto, aplicação, usuários, profissionais, pilares, e os princípios gerais de contabilidade;</li> <li>- Patrimônio: conceito, bens e direitos (Ativo), obrigações (Passivo), patrimônio líquido, contas de resultado, e equação patrimonial;</li> <li>- Escrituração: fundamentos básicos;</li> <li>- Demonstrações contábeis: principais demonstrações, suas finalidades, e os seus períodos de apresentação.</li> </ul> <p><b>Unidade II – Fundamentos da Contabilidade Pública</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Contabilidade Pública: conceito, campo de atuação, objeto, objetivos, evolução no Brasil;</li> <li>- Entidades públicas e o planejamento</li> <li>- Fundamentos: receita pública, despesa pública, dívida ativa, restos a pagar, dívida pública (flutuante e fundada), regime de adiantamento.</li> </ul> <p><b>Unidade III - Patrimônio Público</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Patrimônio Público: conceito, bens, direitos e obrigações das entidades públicas;</li> <li>- Consolidação do patrimônio público;</li> <li>- Variações patrimoniais;</li> <li>- Variações ativas e variações passivas.</li> </ul> <p><b>Unidade IV – Escrituração Pública</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Regimes contábeis;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistemas de contas públicas;</li> <li>- Plano de contas;</li> <li>- Exemplos práticos.</li> </ul> <p><b>Unidade V – Demonstrações Contábeis Públicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Demonstrações contábeis e relatórios: balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do resultado econômico, e notas explicativas.</li> </ul>
BIBLIOGRAFIA	<p><b>BÁSICA:</b></p> <p>KOHAMA, Hélio. <b>Contabilidade pública:</b> teoria e prática. – 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>QUINTANA, Alexandre Costa...[et al]. <b>Contabilidade pública:</b> de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal. – São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>NASCIMENTO, Edson Ronaldo. <b>Gestão Pública:</b> gestão pública aplicada: União, Estados e Municípios, gestão pública no Brasil, de JK à Lula, gestão orçamentária e financeira, a gestão fiscal responsável, tributação e orçamento, tópicos especiais em contabilidade pública, gestão das contas nacionais, gestão ecológica e ambiental. – 2. ed. rev. e atualizada. – São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p><b>COMPLEMENTAR:</b></p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio et al./Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade USP. <b>Contabilidade Introdutória.</b> – 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>PEREIRA, José Matias. <b>Curso de Administração Pública:</b> foco nas instituições e ações governamentais. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>SLOMSKI, Valmor. <b>Manual de Contabilidade Pública:</b> um enfoque na Contabilidade Municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. – 2 ed. – 5. reimp. – São Paulo: Atlas, 2008.</p>

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não Possui
CÓDIGO	0710307
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	2º Semestre
OBJETIVO	Convidar os alunos para, calcados em temas/problemas centrais na sociedade moderna, tais como: moral, ética e responsabilidade social, refletir sobre o atual momento da sociedade e, a partir de tal reflexão, auxiliar na construção de um Estado e, principalmente, de uma sociedade qualitativamente melhor.
EMENTA	Fundamentos filosóficos sobre a natureza humana. Ética e seus fundamentos. Ética e moral. Os usos da ética. Problemas morais e éticos. Evolução das funções do Estado. Primeiro, Segundo e Terceiro Setor (origens). Relações entre Mercado, Estado e Organizações da Sociedade Civil (quem tem responsabilidade social?). Responsabilidade Social e Terceiro Setor. Redes Sociais. Indicadores de Responsabilidade Social.
PROGRAMA	<p><b>Unidade I – Conceituação de ética</b></p> <p>1.1. Concepções filosóficas sobre a natureza humana</p> <p>1.2. O significado do mal</p> <p>1.3. Ética e seus fundamentos</p> <p>1.4. Ética deontológica e teleológica</p> <p>1.5. Ética e moral</p> <p><b>Unidade II – Debates atuais</b></p> <p>2.1. Problemas morais e éticos na sociedade moderna</p> <p>2.2. Debate ético contemporâneo</p> <p>2.3. Ética e Política</p> <p>2.4. Dificuldade atual em formular uma ética</p> <p><b>Unidade III – Responsabilidade Social</b></p> <p>3.1. Evolução das funções do Estado</p> <p>3.2. Primeiro, Segundo e Terceiro Setor</p> <p>3.3. Relações entre Mercado, Estado e Sociedade Civil</p>

	<p>3.4. Responsabilidade Social 3.5. Indicadores de responsabilidade</p> <p><b>Unidade IV – Terceiro setor e Responsabilidade social</b></p> <p>4.1. Estado e Terceiro Setor 4.2. Organizações da sociedade civil e suas funções sociais 4.3. Terceiro setor no Brasil e a transferência de responsabilidades. 4.4. Mercantilização do Terceiro Setor, para onde vai a Responsabilidade Social?</p>
<p>BIBLIOGRAFIA</p>	<p><b>BÁSICA</b></p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.</p> <p>FONTES, B. A. S. M. Capital social e terceiro setor: sobre a estruturação das redes sociais em associações voluntárias. In:</p> <p>RAMOS, A.G. A nova ciência das organizações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989. Cap. 7 e 8.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>ERNANDES, R.C. <b>Privado porém Público: O Terceiro Setor na América Latina.</b> Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.</p> <p>KISSLER, Leo. <b>Ética e participação:</b> problemas éticos associados à gestão participativa nas empresas. Florianópolis, Edit. UFSC, 2004.</p> <p>LANDIM, Leilah. <b>Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil.</b> Rio de Janeiro: ISER, 1993.</p>

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>ECONOMIA NA GESTÃO PÚBLICA</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	0760001
DEPARTAMENTO	Departamento de Economia
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	2º semestre
OBJETIVO	Conhecer os principais aspectos da Economia na Gestão Pública, ressaltando o papel do Estado.
EMENTA	O papel no estado nas economias de mercado. Teoria do bem-estar. Eficiência e equidade das políticas públicas. Escolha pública. Teoria da tributação. O setor público no Brasil.
PROGRAMA	<p><b>1. Introdução</b>  Apresentação da disciplina, do plano de ensino, de seus objetivos e das regras que definirão a evolução do curso ao longo do semestre.  O Papel do Estado e a Racionalidade Econômica para a existência do setor público.  Falhas de Mercado.  Bens Públicos e Externalidades.</p> <p><b>2. A Relação Entre Política, Estado e Economia</b>  2.1 Teoria da Escolha Pública  2.2 Regulação dos Serviços Públicos  2.3 Finanças Públicas, Democracia e Accountability  2.4 Corrupção e Organização do setor público  2.5 Instituições e resultados finais</p> <p><b>3. Sistema Tributário Municipal</b>  3.1 Indicadores de eficiência  3.2 Tamanho do Governo</p> <p><b>4. Tópicos Extras</b>  4.1 Déficit Público e Sustentabilidade da Política Fiscal  4.2 Federalismo Fiscal  4.3 Seguridade Social</p>

<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>	<p>BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo, Economia do Setor Público no Brasil, 1ª Edição, Editora Campus, 2005.</p> <p>GAMBIAGI, Fábio e ALEM, Ana Claudia. <b>Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil</b>. Editora Campus, 1999.</p> <p>MENDES, Marcos. Gasto Público Eficiente: Propostas para o Desenvolvimento do Brasil. Instituto Braudel, 2006.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p>	<p>BIELCHOWSKI, Ricardo. “Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento”. Contraponto, 1998.</p> <p>BRUM, Argemiro. “O Desenvolvimento Econômico Brasileiro”. Vozes, 1995.</p> <p>RIANI, Flavio. <b>Economia do setor público: Uma Abordagem Introdutória</b>. São Paulo: Atlas, 1986.</p>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO**  
**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

DISCIPLINA	<b>ESTATÍSTICA DESCRITIVA (EAD)</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	0100228
DEPARTAMENTO	DME
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	2º semestre
OBJETIVO	Possibilitar ao estudante uma introdução á metodologia estatística para descrição e apresentação de dados.
EMENTA	Estatística e pesquisa científica; construção de tabelas e gráficos; medidas de posição e de dispersão; assimetria e curtose; covariância, correlação e regressão; aplicações nas ciências sociais e na educação.
PROGRAMA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conceitos básicos: conceito de estatística, população, amostra, característica, variável e conjuntos de dados.</li> <li>2. Distribuição de freqüências: construção e interpretação para variáveis do tipo fator, numéricas discretas e contínuas. Gráficos para freqüência e freqüência acumulada.</li> <li>3. Medidas de localização: média, mediana e moda - conceituação, cálculo e interpretação.</li> <li>4. Medidas separatrizes: mediana, quartis e decis – definição, cálculo e interpretação.</li> <li>5. Medidas de dispersão: amplitude total, amplitude quartílica, variância e desvio padrão – definição, cálculo e interpretação.</li> <li>6. Medidas de formato: assimetria e curtose – definição, cálculo e interpretação.</li> <li>7. Análise exploratória de dados: resumo de 5 números, gráfico de caixa e diagrama de ramo e folhas – construção e interpretação. Identificação de valores atípicos.</li> <li>8. Gráficos estatísticos: dispersão, barras, linhas, pizza e variações – construção e interpretação.</li> <li>9. Medidas de covariação: covariância e correlação – definição, cálculo e interpretação.</li> </ol>

BIBLIOGRAFIA	<p>BHATTACHARYYA, G.K.; JOHNSON, R.A. <b>Statistical concepts and methods</b>. New York: John Wiley, 1977.</p> <p>BUSSAB, W.O. e MORETTIN, P.A. <b>Estatística básica</b> - 5. ed. - São Paulo: Editora Saraiva, 2004.</p> <p>FERREIRA, D.F. <b>Estatística básica</b>. Lavras: Editora UFLA, 2005.</p> <p>SILVA, J.G.C. da. <b>Estatística Básica</b>. Versão preliminar. Instituto de Física e Matemática, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 1992. 173p.</p> <p>SILVEIRA, Jr., P.S., MACHADO, A.A., ZONTA, E.P., SILVA, J.B. <b>Curso de Estatística</b>, vol.1. Pelotas: Editora Universitária, UFPEL. Pelotas, 1989.135p.</p> <p>Sistema Galileu de Educação Estatística</p>
--------------	--

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não Tem
CÓDIGO	0710308
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	2º Semestre
OBJETIVO	Fornecer conhecimentos no campo da psicologia organizacional, que ofereça subsídios para identificar diferenças individuais, necessidades, frustrações e conflitos, interesses e motivações, bem como buscar soluções de problemas que surgem nas organizações, referentes a relações interpessoais no contexto organizacional, os quais interferem na dinâmica do trabalho.
EMENTA	Psicologia organizacional enfocando indivíduo, grupos, equipes de trabalho, cultura e mudança organizacional, liderança e tomada de decisão e qualidade de vida no trabalho.
PROGRAMA	<p><b>Unidade 1 - Psicologia Organizacional</b></p> <p>1.1. Noções da Psicologia O/I</p> <p>1.2. Comportamento Organizacional</p> <p><b>Unidade 2 – Indivíduo, Grupo e Equipe de Trabalho</b></p> <p>2.1. Características individuais</p> <p>2.2. Métodos e Programas Motivacionais</p> <p>2.3. Relações interpessoais, comunicação, conflito e negociação</p> <p>2.4. Comportamento produtivo e contraprodutente</p> <p>2.5. Diferenças individuais, diversidade da força de trabalho</p> <p>2.6. Satisfação no trabalho e comprometimento organizacional</p> <p><b>Unidade 3 – Cultura e Mudança Organizacional</b></p> <p>3.1. Aspectos e componentes da cultura organizacional</p> <p>3.2. Gerenciamento, fases e estratégias da mudança organizacional</p> <p>3.3. Resistência a mudança organizacional</p>

	<p><b>Unidade 4 – Liderança e Tomada de Decisão</b>  4.1. Papeis sociais, grupos e equipes de trabalho  4.2. Liderança  4.3. Abordagens e Gerenciamento do Processo da Tomada de Decisão;  4.4. Tipos de Decisão</p> <p><b>Unidade 5 – Qualidade de Vida no Trabalho</b>  5.1. Modelos de Qualidade de Vida no Trabalho  5.2. Estresse e saúde ocupacional  5.3. Doenças ocupacionais</p>
<p>BIBLIOGRAFIA</p>	<p><b>BÁSICA</b></p> <p>DUBRIN, Andrew J. <b>Fundamentos do Comportamento Organizacional</b>. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.</p> <p>MUCHINSKY, Paul M. <b>Psicologia Organizacional</b>. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.</p> <p>MORIN, Estelle. AUBÉ, Caroline. <b>Psicologia e Gestão</b>. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>OLIVEIRA, Jayr F.; SILVA, Edison Aurélio da. <b>Gestão Organizacional: Descobrimos uma chave de sucesso para os negócios</b>. São Paulo: Saraiva, 2006</p> <p>SPECTOR, Paul E. <b>Psicologia nas Organizações</b>. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>WEWSTROM, John. <b>Comportamento Organizacional: o comportamento humano no trabalho</b>. 12 ed. São Paulo: Mc Graw Hill. 2008.</p>

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	0710296
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	2º Semestre
OBJETIVO	Transmitir aos alunos conhecimentos essenciais sobre as bases do planejamento estratégico, desenvolvendo competências que lhes permitam conquistar melhores resultados operacionais nas organizações nas quais atuam.
EMENTA	Conceitos de Planejamento Estratégico. Missão, Visão, Valores e Análise Ambiental. Modelos de Planejamento Estratégico. Políticas Públicas e Planejamento Estratégico. Planejamento Governamental.
PROGRAMA	<p><b>UNIDADE I</b> – Estratégia: origens e conceitos</p> <p>1.1.Origens da Estratégia</p> <p>1.2.A Competitividade nas organizações</p> <p>1.3.A Estratégia nas organizações</p> <p>1.4.A construção de conceitos de Estratégia</p> <p><b>UNIDADE II</b> – Planejamento Estratégico</p> <p>2.1. Conceitos e aspectos importantes</p> <p>2.2. Análise do Ambiente</p> <p>2.3. O modelo das 5 forças de Porter</p> <p>2.5. Posicionamento competitivo/estratégico</p> <p>2.6. A busca da Vantagem Competitiva</p> <p><b>UNIDADE III</b> – Escolas de Estratégia</p> <p>3.1. A Escola do Design</p> <p>3.2. A Escola do Planejamento</p> <p>3.3. A Escola do Posicionamento</p> <p>3.4. A Escola Empreendedora</p> <p>3.5. A Escola Cognitiva</p> <p>3.6. A Escola do Aprendizado</p> <p>3.7. A Escola do Poder</p> <p>3.8. A Escola Cultural</p>

	<p>3.9. A Escola Ambiental 3.10. A Escola da Configuração</p> <p><b>UNIDADE IV - Processo de Elaboração de Planejamento Estratégico</b></p> <p>4.1. Passos do planejamento 4.2. Elementos essenciais para o planejamento 4.3. Missão, Visão e Valores 4.4. Fatores Críticos de Sucesso 4.5. Custos ou Diferenciação? 4.6. Análise de Negócios 4.7. Análise de Tendências 4.8. Definição de Estratégias 4.9. Plano de Ação</p> <p><b>UNIDADE V – Planejamento Governamental</b></p> <p>5.1. Plano Plurianual (PPA) 5.2. Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) 5.3. Lei Orçamentária Anual (LOA)</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p>	<p><b>BÁSICA</b></p> <p>GHEMAWAT, P. A estratégia e o cenário dos negócios. Porto Alegre: Bookman, 2000.</p> <p>LUECKE, R. Estratégia. Rio de Janeiro: Record, 2008.</p> <p>MINTZBERG, H. Safári de Estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2002.</p> <p>PORTER, M.E. <i>Estratégia competitiva</i>. Rio de Janeiro: Campus, 1991</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>CARVALHO, M. M. Inovação – Estratégias e Comunidades de Conhecimento. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MINTZBERG, Henry. <i>Ascensão e queda do planejamento estratégico</i>. Porto Alegre: Bookman, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, Dejalma de Pinho Rebouças. <i>Estratégia Empresarial e Vantagem Competitiva</i>:</p>

	<p>Como estabelecer, implementar e avaliar. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p>
--	--

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	0710297
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	3º Semestre
OBJETIVO	Esta disciplina tem como objetivo principal possibilitar ao aluno a compreensão das principais questões que estão envolvidas na formulação e na execução orçamentária e financeira do setor público brasileiro. Neste sentido, o programa foi organizado de forma a destacar: I) o marco jurídico – a Constituição Federal e as normas vigentes; II) os instrumentos utilizados, os planos, os orçamentos, os sistemas de informações, etc; III) os fundamentos que contemplam o sistema e que orientam o desenvolvimento do processo financeiro público.
EMENTA	Planejamento do Orçamento Público. Receita Pública. Despesa Pública. Licitações e Contratos Administrativos. Lei de Responsabilidade Fiscal
PROGRAMA	<p><b>Unidade I – Planejamento do Orçamento Público</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano Plurianual (PPA);</li> <li>- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);</li> <li>- Lei Orçamentária Anual (LOA);</li> <li>- Créditos Adicionais e Fundos Especiais;</li> <li>- Princípios Orçamentários;</li> <li>- Ciclo Orçamentário;</li> <li>- Orçamento por Programas;</li> </ul> <p><b>Unidade II – Receita Pública</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estágios da receita;</li> <li>- Classificação da receita;</li> <li>- Codificação da receita</li> </ul> <p><b>Unidade III – Despesa Pública</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estágios da despesa;</li> <li>- Classificação da despesa;</li> <li>- Codificação da despesa.</li> </ul>



	<p><b>Unidade IV – Licitações e Contratos Administrativos</b>          -Processo licitatório: fundamentos, legalidade, finalidades e modalidades existentes;          - Contratos Administrativos</p> <p><b>Unidade V – Lei de Responsabilidade Fiscal</b>          - Lei de Responsabilidade Fiscal;          - Transparência, Controle e Fiscalização de entidades públicas</p>
<p>BIBLIOGRAFIA</p>	<p><b>BÁSICA:</b></p> <p>KOHAMA, Hélio. <b>Contabilidade pública:</b> teoria e prática. – 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>QUINTANA, Alexandre Costa...[et al]. <b>Contabilidade pública:</b> de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal. – São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>NASCIMENTO, Edson Ronaldo. <b>Gestão Pública:</b> gestão pública aplicada: União, Estados e Municípios, gestão pública no Brasil, de JK à Lula, gestão orçamentária e financeira, a gestão fiscal responsável, tributação e orçamento, tópicos especiais em contabilidade pública, gestão das contas nacionais, gestão ecológica e ambiental. – 2. ed. rev. e atualizada. – São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p><b>COMPLEMENTAR:</b></p> <p>PEREIRA, José Matias. <b>Curso de Administração Pública:</b> foco nas instituições e ações governamentais. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>SLOMSKI, Valmor. <b>Manual de Contabilidade Pública:</b> um enfoque na Contabilidade Municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. – 2 ed. – 5. reimp. – São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>SLOMSKI, Valmor. <b>Controladoria e Governança na Gestão Pública.</b> – 1. ed. – 3. reimp. – São Paulo: Atlas, 2009.</p>

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>GESTÃO DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO NO SETOR PÚBLICO</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica e Prática (3T e 1P)
SEMESTRE DO CURSO	3º semestre
OBJETIVO	Proporcionar conhecimentos técnicos-gerenciais na área de administração de recursos materiais e patrimoniais no setor público bem como sua inter-relação com as demais áreas das instituições públicas, promovendo condições de aprendizagem na implantação e desenvolvimento da gestão da cadeia de suprimentos.
EMENTA	Conhecimentos técnico-gerenciais na área de administração de recursos materiais e patrimoniais do setor público e a sua inter-relação com as demais áreas da organização, fornecendo condições de aprendizagem no desenvolvimento e implantação dos processos de suprimento, armazenagem, licitações e movimentação de materiais.
PROGRAMA	<p>Administração de recursos materiais: a gestão de materiais ontem e hoje, a visão gerencial da gestão de materiais, interfaces da administração de materiais com outras áreas.</p> <p>Logística e Cadeia de Suprimentos – gestão da cadeia de suprimentos (<i>supplu chain management</i>) - integrando a logística e o gerenciamento da informação</p> <p>O processo de Compras na Gestão Pública: o sistema de compras, eficácia nos pedidos, qualidade, preço-custo, condições, negociação, fornecedores, ética.</p> <p>Licitações e Contratos: legislações vigentes – 8666/93 e demais instruções normativas – Ins.</p> <p>Administração Patrimonial: classificação e codificação de materiais, inventário, embalagem, estocagem e movimentação</p> <p>Tópicos sobre administração de estoques</p> <p>Armazenagem: do recebimento à armazenagem</p> <p>Movimentação de materiais: transporte, manuseio, distribuição.</p>

## BIBLIOGRAFIA

### **BÁSICA**

BALLOU, Ronald H. **Logística empresarial:** transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2000.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais:** princípios, conceitos e gestão. São Paulo. Atlas:2009.

POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais:** Uma Abordagem Logística. 6. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

### **COMPLEMENTAR**

DORNIER, PHILIPPE-PIERRE et al. **Logística e operações globais:** Texto e Casos. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JUNIOR, José Calasans. **Manual da licitação:** Orientação Prática para o Processamento de Licitações, com Roteiros de Procedimento, Modelos de Carta-Convite e de Editais, de Atas de Sessões Públicas e de Relatórios de Julgamentos de Propostas. 1.Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TAYLOR, DAVID A. **Logística na Cadeia de Suprimentos: uma Perspectiva Gerencial.** São Paulo: Editora Pearson Education/ADDISON WESLEY BRASIL: 2006.

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não Tem
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	3º semestre
OBJETIVO	Proporcionar conhecimentos técnico-gerenciais referentes à gestão de pessoas no serviço público, abrangendo o desenvolvimento e implementação dos subsistemas de recursos humanos, compreendendo sua inter-relação e interdependência com as demais áreas organizacionais e políticas que permeiam a administração pública.
EMENTA	O sistema de gestão de pessoas no contexto do serviço público, sua evolução na teoria administrativa, os sub-sistemas básicos e seus respectivos processos componentes: provisão, manutenção e aplicação. Desafios, tendências e os novos paradigmas da administração de recursos humanos.
PROGRAMA	<p><b>UNIDADE I: Contexto organizacional e Gestão de Pessoas</b></p> <p>1.1 Evolução Gestão de Pessoas: aspectos fundamentais no serviço público</p> <p>1.2 Cultura Organizacional</p> <p>1.3 Mudança Organizacional</p> <p>1.3 Subsistemas de Gestão de Pessoas</p> <p><b>UNIDADE II: Atraindo e retendo talentos</b></p> <p>2.1 Processo de seleção</p> <p>2.2 Legislação pertinente</p> <p>2.3 Orientação e</p>

	<p>acompanhamento de pessoas  2.3 Significado do Trabalho  2.4 Clima Organizacional  2.5 Qualidade de Vida no Trabalho</p> <p><b>UNIDADE III: Desenvolvendo pessoas e avaliando desempenhos</b>  3.1 Treinamento e Desenvolvimento de pessoas  3.2 Programas de capacitação de servidores  3.3 Perspectivas tradicionais de avaliação de desempenho  3.4 Métodos contemporâneos de avaliação de desempenho</p> <p><b>UNIDADE IV: Recompensando pessoas</b>  4.1 Remuneração  4.2 Benefícios  4.3 Planos de Carreira  4.4 Recompensas não-financeiras</p> <p><b>UNIDADE V: Sistema de Controle e Administração de Recursos Humanos no serviço público</b>  5.1 SIAPE  5.2 Outros</p> <p><b>Unidade VI: Tendências e desafios da gestão de pessoas no serviço público</b></p>
BIBLIOGRAFIA	<p><b>BÁSICA</b></p> <p>DUTRA, J.S. <b>Gestão de pessoas: modelos, processos, tendências e perspectivas.</b> São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>KANAANE, Roberto, FIEL FILHO, Alécio. (Orgs). <b>Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informações,</b> 1ª Ed. Atlas, 2010.</p> <p>MARRAS, Jean Pierre. <b>Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico.</b> 12. Ed. São Paulo: Futura 2007.</p>

	<p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>FREITAS, Maria Ester de. <b>Cultura Organizacional: evolução e crítica.</b> São Paulo: Thompson Learning, 2007.</p> <p>MOTTA; Fernando Prestes; CALDAS, Miguel. <b>Cultura Organizacional e Cultura Brasileira.</b> São Paulo: Atlas, 1997</p> <p>WOOD JR, Thomaz; CALDAS, Miguel. <b>Comportamento Organizacional: uma perspectiva brasileira.</b> São Paulo: Atlas, 2007.</p>
--	---

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>SISTEMAS DE INFORMAÇÕES E DECISÕES GERENCIAIS NO SETOR PÚBLICO</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	3º semestre
OBJETIVO	Conhecer os principais tipos de sistemas de informação existentes no mercado, visando a melhor utilização destes frente as necessidades do gestor público. Explicitar idéias e modelos que possibilitem a visualização e formação do processo decisório nas organizações e do conseqüente papel do decisor neste processo.
EMENTA	Definição de sistemas de informação. Introdução a gestão da informação. Fundamentos de tomada de decisão nas organizações. O processo decisório nas organizações. Sistemas de Informação e Tecnologia da Informação. Tipos de Sistemas de Informação. Tópicos em Sistemas de Informação. Internet. E-commerce. E-business. E-gov. Implementação de SI nas organizações.
PROGRAMA	<p><b>UNIDADE I</b> – Sistemas de informação.</p> <p>1.1. A organização como um sistema (Teoria dos Sistemas);</p> <p>1.2. Ambiente e conceitos sobre sistemas de informação;</p> <p>1.3. O que é gestão da informação;</p> <p>1.4. O gestor e a gestão da informação.</p> <p><b>UNIDADE II</b> – Os fundamentos da decisão.</p> <p>2.1. Conceito;</p> <p>2.2. Organização do processo decisório;</p> <p>2.3. Árvore da realidade atual;</p> <p>2.3. Processo decisório e tomada de decisão.</p>

	<p><b>UNIDADE III – Sistemas de Informação e Tecnologia de Informação.</b></p> <p>3.1. Tipos de Sistemas de Informação;  3.2. Sistemas de Informação Gerencial (SIG);  3.3. Sistemas de Apoio à Decisão (SAD);  3.4. Sistemas de Informações Executivas (EIS);  3.5. Business Intelligence (BI);  3.6. Customer Relationship Management (CRM);  3.7. Enterprise Resource Planning (ERP);  3.8. Aplicações dos Sistemas de Informação.</p> <p><b>UNIDADE IV – Tópicos em Sistemas de Informação</b></p> <p>5.1. Fatores que afetam investimentos em TI;  5.2. Análise de investimentos em TI;  5.3. Ecologia da Informação;  5.4. Alinhamento Estratégico;  5.5. Sociedade da informação.</p> <p><b>UNIDADE V – E-commerce e E-business.</b></p> <p>6.1. Conceitos de e-commerce e e-business;  6.2. Benefícios em fazer negócios eletronicamente;  6.3. Modelos de negócios eletrônicos;  6.4. Questões na implementação do e-commerce.</p> <p><b>UNIDADE VI – E-gov.</b></p> <p>6.1. Conceitos de e-commerce e e-business;  6.2. Benefícios em fazer negócios eletronicamente;</p>
--	---



<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p>	<p><b>BÁSICA</b></p> <p>ABRAMCZUK, André A. A Prática da Tomada de Decisão. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>GORDON, S. &amp; GORDON, J. Sistemas de Informação – Uma Abordagem Gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 2006.</p> <p>O'BRIEN, James A., MARAKAS, George M. Administração de Sistemas de Informação – Uma introdução. São Paulo: McGrawHill, 2007.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>GRAEML, A. Sistemas de Informação – O Alinhamento da Estratégia de TI com a Estratégia Corporativa. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>LAUNDON, K. &amp; LAUDON, J. Sistemas de Informação Gerenciais: Administrando a Empresa Digital. Prentice Hall, 2004.</p> <p>POLIZELLI, Demerval L., OZAKI, Adalton M. Sociedade da Informação – Os desafios da era da colaboração e da gestão do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2008.</p>
----------------------------	--

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>SEMINÁRIOS EM GESTÃO PÚBLICA</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	3º semestre
OBJETIVO	Revisar temas importantes de Gestão sobre a ótica da Gestão Pública. Atualizar as principais discussões contemporâneas no que se refere à gestão na administração pública. Possibilitar uma reflexão comparativa acerca de abordagens, tanto antigas quanto recentes, bem como das diferentes áreas da administração pública. Discutir atualidades em Gestão Pública.
EMENTA	Evolução da administração pública no Brasil. Temas importantes de Gestão sobre a ótica da Gestão Pública. Discussões contemporâneas no que se refere à gestão na administração pública. Reflexões comparativas acerca de abordagens, tanto antigas quanto recentes, bem como das diferentes áreas da administração pública. Atualidades em Gestão Pública.
PROGRAMA	<b>UNIDADE I</b> – Relembrando fundamentos conceituais em Administração Pública 1.1. Estado, governo e sociedade; 1.2. Características do setor público brasileiro; 1.3. Gestão pública no Brasil – de Juscelino à Lula.

	<p><b>UNIDADE II</b> – Princípios gerais da Administração Pública</p> <p>2.1. Princípios da Administração Pública;</p> <p>2.2. Administração pública versus privada;</p> <p>2.3. Administração pública direta e indireta.</p> <p><b>Unidade III</b> – O processo administrativo na Gestão Pública</p> <p>3.1. Planejamento;</p> <p>3.2. Organização;</p> <p>3.3. Direção;</p> <p>3.4. Controle.</p> <p><b>UNIDADE IV</b> – Grandes áreas da Gestão Pública</p> <p>4.1. Administração Financeira e Orçamentária;</p> <p>4.2. Recursos Humanos;</p> <p>4.3. Marketing;</p> <p>4.4. Administração de Materiais e Serviços;</p> <p>4.5. Sistemas de Informação.</p> <p><b>UNIDADE V</b> – Tópicos complementares em Administração Pública</p> <p>6.2. Lei de Responsabilidade Fiscal;</p> <p>6.3. Emancipações e descentralização política e administrativa;</p> <p>6.4. Terceirização na Administração Pública;</p> <p>6.5. Agências reguladoras;</p> <p>6.6. Ética no serviço público</p> <p>6.7. Licitações</p> <p>6.8. E-Government</p> <p>6.9. Atualidades em Gestão Pública</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p>	<p><b>BÁSICA</b></p> <p>KEINERT, T. M. Administração Pública no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>LIMA, C. A. N. Administração Pública. 2ed. Rio de Janeiro: Impetus/Campus, 2005.</p> <p>SANTOS, C. S. Introdução à Gestão Pública. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>NASCIMENTO, E. R. Gestão Pública. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.</p>

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E DE TURISMO  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>QUALIDADE NA GESTÃO PÚBLICA</b>
<b>CARÁTER DA DISCIPLINA</b>	Obrigatória
<b>PRÉ-REQUISITO</b>	Não tem
<b>CÓDIGO</b>	
<b>DEPARTAMENTO</b>	DAT
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>	68 h/a
<b>CRÉDITOS</b>	04
<b>NATUREZA DA CARGA HORÁRIA</b>	Teórica
<b>SEMESTRE DO CURSO</b>	4º semestre
<b>OBJETIVO</b>	Proporcionar aos acadêmicos conhecimentos técnico-gerenciais de políticas da qualidade, aplicadas na Gestão Pública.
<b>EMENTA</b>	Evolução do conceito da Qualidade. Ferramentas gerenciais: (Diagrama de Causa e Efeito, Matriz GUT, Ciclo PDCA). Programa Nacional da Gestão Pública-Gespublica: visão geral do sistema, princípios, fundamentos e critérios de avaliação.
<b>PROGRAMA</b>	<p>UNIDADE I – Evolução da Qualidade</p> <p>1.1 Conceito de Qualidade</p> <p>1.2 Evolução do Conceito de Qualidade</p> <p>1.3 Evolução da qualidade no serviço público</p> <p>UNIDADE II: Ferramentas Gerenciais</p> <p>2. 1 Introdução</p> <p>2.2 Brainstorming</p> <p>2.3. Fluxograma</p> <p>2.4 Diagrama de Causa e Efeito</p> <p>2.5 Matriz Gut</p> <p>2.6 5w2h</p> <p>2.7 Ciclo PDCA</p> <p>2.8 Método de Análise e Solução de Problemas- MASP</p> <p>UNIDADE III- Gerenciamento Visual</p> <p>3.1 Introdução</p> <p>3.3.1 Como aplicar os 5S</p>

	<p>3.3.2 Benefícios do programa no gerenciamento da rotina</p> <p>UNIDADE IV: Programa Nacional da Gestão Pública- GesPublica</p> <p>4.1 Conceito e Evolução</p> <p>4.2 Princípios e Fundamentos</p> <p>4.3 Critérios de Avaliação</p> <p>4.3.1 Liderança</p> <p>4.3.2 Estratégias e Planos</p> <p>4.3.3 Cidadãos</p> <p>4.3.4 Sociedade</p> <p>4.3.5 Informações e Conhecimento</p> <p>4.3.6 Pessoas</p> <p>4.3.7 Processos</p> <p>4.3.8 Resultados</p>
<p>BIBLIOGRAFIA</p>	<p><b>BÁSICA</b></p> <p><b>ABRANTES</b>, José. Programa 8S: da alta administração à linha de produção: o que fazer para aumentar o lucro? Rio de Janeiro: Interciência, 2001.</p> <p><b>ALVAREZ</b>, Maria Esmeralda Ballestero. Administração da Qualidade e da Produtividade. Editora Atlas, São Paulo, 2001.</p> <p><b>BRASIL</b>. Decreto nº 3.0507 de 13 de junho de 2000. Dispõe sobre o estabelecimento de padrões de qualidade na prestação de serviços públicos. Disponível em: &lt;<a href="http://www010.dataprev.gov.br">http:// www010.dataprev.gov.br</a>. Acesso em 15.09.2010.</p> <p><b>BRASIL</b>. Decreto nº 5.378 de 23 de fevereiro de 2005. Institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização-GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras</p>

	<p>providências. Disponível em:&lt;<a href="http://www.revistajuridica.com.br/content/legislacao.asp?id=7283">http://www.revistajuridica.com.br/content/legislacao.asp?id=7283</a>&gt;. Acesso 15.09.2010.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p><b>CAMPOS</b>, Vicente Falconi. TQC- Controle da Qualidade Total (no estilo Japonês). Nova Lima-MG:INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 8ª edição,2004</p> <p><b>LAS CASAS</b>, Alexandre L. Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos. 5ªed. São Paulo:Atlas,2006.</p> <p><b>PALADINI</b>, Edson Pacheco. “<i>Gestão da Qualidade: Teoria e Prática</i>”. Editora Atlas, São Paulo, 2000.</p> <p><b>PALADINI</b>, Edson Pacheco. Gestão da Qualidade: Teoria e Prática. Editora Atlas, São Paulo, 2000.</p>
--	--

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>MARKETING NO SETOR PÚBLICO</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não tem
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	4º semestre
OBJETIVO	Apresentar aos alunos uma visão geral de marketing, sua evolução, seus conceitos fundamentais e sua utilidade na gestão pública.
EMENTA	Evolução do conceito de marketing. Ambiente de marketing: micro e macroambiente. Pesquisa de mercado. O papel do marketing na sociedade. A ética no marketing. A relação entre o planejamento estratégico e o papel do marketing. Desenvolvimento de estratégias de marketing no setor público.
PROGRAMA	<p><b>Unidade I</b> – Evolução do conceito e da natureza do marketing e o seu ambiente.</p> <p>1.1 Definição de marketing (1º conceito e conceitos atuais).</p> <p>1.2 Administração de marketing.</p> <p>1.3 As gerações do marketing.</p> <p>1.4 Filosofias de administração de marketing.</p> <p>1.5 Desafios do marketing no novo e conectado milênio.</p> <p><b>Unidade II – Aplicação de ferramentas de marketing no setor público</b></p> <p>2.1 Desenvolvimento e aperfeiçoamento de “produtos” (serviços e programas populares)</p> <p>2.2 Estabelecimento de preços motivadores para os serviços públicos</p> <p>2.3 Otimização de canais de distribuição dos serviços públicos</p> <p>2.4 Criação de identidade de marca para os programas/serviços públicos</p> <p>2.5 Criação de marca-cidade e marca-lugar</p> <p>2.6 Comunicação eficaz com públicos-chave</p> <p>2.7 A melhoria dos serviços e a satisfação dos cidadãos como clientes do serviço</p>

	<p>público</p> <p><b>Unidade III – Ética e Responsabilidade Social</b></p> <p>3.1 O marketing social e a formação de novos hábitos</p> <p>3.2 A responsabilidade social dos órgãos públicos</p> <p>3.3 Marketing do setor público <i>versus</i> marketing político: o conflito entre o interesse público e o interesse dos agentes políticos</p> <p>3.4 A formação de parcerias estratégicas com a iniciativa privada</p> <p><b>Unidade IV – Gerenciamento do Processo de Marketing</b></p> <p>4.1 Monitoramento do desempenho e da satisfação dos cidadãos com os serviços públicos: o que medir e para quem</p> <p>4.2 Pesquisas de marketing para determinação de necessidades e desenvolvimento de novos serviços públicos</p> <p>4.4 Planejamento de marketing no setor público</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	<p><b>KOTLER</b>, Philip e <b>LEE</b>, Nancy. <i>“Marketing no Setor Público”</i>. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	<p><b>KOTLER</b>, Philip e <b>KELLER</b>, Kevin Lane <i>“Administração de Marketing”</i>. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2005.</p> <p><b>CHURCHILL</b>, Gilbert A., Jr. e <b>Peter</b>, Paul J. <i>“Marketing: criando valor para os clientes”</i>. 2. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.</p> <p><b>KOTLER</b>, Philip. e <b>ARMSTRONG</b>, Gary. <i>“Princípios de Marketing”</i>. 7. ed. Rio de Janeiro: Prentice – Hall do Brasil, 1998.</p>



<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
<b>DISCIPLINA</b>	<b>ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS</b>
<b>CARÁTER DA DISCIPLINA</b>	Obrigatória
<b>PRÉ-REQUISITO</b>	Não tem
<b>CÓDIGO</b>	
<b>DEPARTAMENTO</b>	Departamento de Administração e de Turismo
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>	68 h/a
<b>CRÉDITOS</b>	04
<b>NATUREZA DA CARGA HORÁRIA</b>	Teórica e Prática
<b>SEMESTRE DO CURSO</b>	4º Semestre
<b>OBJETIVO</b>	Municiar os alunos de fundamentos da elaboração e análise de projetos na ótica da gestão pública. Orientar a aplicação dos critérios de análise econômico financeira.
<b>EMENTA</b>	Elaboração e análise de projetos de investimentos para empresas / organizações públicas. Avaliação econômico e financeira sob o ponto de vista da utilidade pública: benefício social, geração de renda e emprego. Impacto sócio econômico: regional e local.
<b>PROGRAMA</b>	<p><b>PARTE I – INTRODUÇÃO</b></p> <p>I – INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE PROJETOS</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. O processo produtivo e o sistema econômico</li> <li>2. O crescimento econômico e o planejamento</li> <li>3. As unidades de produção</li> <li>4. O planejamento e o projeto</li> <li>5. A preparação dos projetos e suas etapas</li> <li>6. A avaliação do projeto <ol style="list-style-type: none"> <li>6.1. Os organismos de fomento ao desenvolvimento</li> <li>6.2. A avaliação de projetos pelos organismos públicos</li> <li>6.3. O projeto como instrumento de controle para o cumprimento do plano</li> </ol> </li> </ol> <p><b>PARTE II – AVALIAÇÃO</b></p> <p>II – O ESTUDO DE MERCADO</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução</li> <li>2. A identificação do produto e suas correlações</li> <li>3. Coleta de informações <ol style="list-style-type: none"> <li>3.1. Informações relativas ao consumo histórico do produto</li> <li>3.2. Informações relativas à capacidade de produção nacional</li> </ol> </li> </ol>

	<p>3.3. Informações relativas à “população” consumidora</p> <p>3.4. Informações relativas às preferências dos consumidores</p> <p>3.5. Informações relativas ao nível de consumo em função do preço</p> <p>3.6. Informações relativas à estrutura do consumo em função da renda <i>per capita</i></p> <p>3.7. Informações relativas ao mercado internacional</p> <p>3.8. Informações relativas à contabilidade nacional, renda <i>per capita</i></p> <p>3.9. Informações relativas à política econômica do governo e às políticas de governos estrangeiros</p> <p>4. Análise das informações e definição dos critérios e parâmetros de projeção</p> <p>5. Projeção dos dados</p> <p>6. Alguns cuidados com a apresentação do estudo do mercado</p> <p><b>PARTE III – TAMANHO E LOCALIZAÇÃO</b></p> <p>1. Tamanho</p> <p>2. Localização</p> <p>2.1. A macrolocalização</p> <p>2.2. A microlocalização</p> <p><b>PARTE IV – ENGENHARIA</b></p> <p>1. Introdução</p> <p>2. As etapas da engenharia</p> <p>3. Apresentação da engenharia</p> <p><b>PARTE V – CUSTOS E RECEITAS</b></p> <p>1. Introdução</p> <p>2. Receitas</p> <p>3. Custos</p> <p>4. Custos operacionais</p> <p>5. Variação nos custos e nas receitas</p> <p>6. O fluxo de fundos</p> <p><b>APÊNDICE V – A DEPRECIÇÃO</b></p> <p><b>PARTE VI – ANÁLISE FINANCEIRA E ECONÔMICA</b></p>
--	--

	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução       <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1. A avaliação de projetos por um organismo de fomento</li> <li>1.2. A administração da avaliação de projetos</li> <li>1.3. Análise da solidez</li> <li>1.4. Análise da consistência</li> <li>1.5. O mérito do projeto</li> <li>1.6. O mérito financeiro (rentabilidade privada)</li> <li>1.7. O mérito econômico (rentabilidade econômica)</li> <li>1.8. O mérito social</li> </ol> </li> <li>2. Determinação do mérito do projeto</li> </ol> <p style="text-align: right;">APÊNDI</p> <p>CE VI.I – LISTA PARA CHEQUE DO PROJETO DURANTE A ANÁLISE DE SOLIDEZ</p> <p style="text-align: right;">APÊNDI</p> <p>CE VI.II – O ORDENAMENTO DE PROJETOS A SEREM FINANCIADOS POR UM ORGANISMO QUE DISPÕE DE ORÇAMENTO LIMITADO</p> <p style="text-align: right;">APÊNDI</p> <p>CE VI.III – OS FATORES DE CONVERSÃO</p> <p><b>PARTE VII – A INCERTEZA DO PROJETO</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução</li> <li>2. O ponto de equilíbrio</li> <li>3. Análise de sensibilidade</li> <li>4. A incerteza</li> </ol> <p><b>PARTE VIII – A EXECUÇÃO DO PROJETO</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução</li> <li>2. As fases da execução do projeto</li> <li>3. A apresentação da etapa</li> </ol> <p><b>PARTE IX – AS METODOLOGIAS</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A estimação dos preços-sombra</li> <li>2. A metodologia da UNODI</li> <li>3. O cálculo dos fatores de conversão conforme a metodologia OCDE/BM</li> </ol> <p><b>PARTE X – O ORDENAMENTO DE PROJETOS ATRAVÉS DE PONTAGEM</b></p>
--	---

	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Introdução</li> <li>2. Critérios para atribuição de pontos</li> <li>3. Quatro critérios de pontagem</li> </ol>
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p>	<p><b>BÁSICA</b></p> <p>BUARQUE, Cristóvam. <i>Avaliação Econômica de Projetos</i>. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2008.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>CLEMENTE, Ademir (org). <i>Projetos empresariais e públicos</i>. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>KEELING, Ralph. <i>Gestão de projetos – uma abordagem global</i>. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>MONTALVÃO, Elisamara Godoy. <i>Gestão de obras públicas</i>. São Paulo: IBPEX, 2010.</p>

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>PROJETO EM POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Não Tem
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica e Prática
SEMESTRE DO CURSO	4º Semestre
OBJETIVO	Trabalhar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, bem como nessa disciplina, buscando integra-los na criação de uma proposta de desenvolvimento local e regional.
EMENTA	Planos econômicos. Crescimento econômico. Modelos econômicos. Desenvolvimento regional. Fontes de financiamento para desenvolvimento. Projeto de desenvolvimento regional.
PROGRAMA	<p><b>UNIDADE I – GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Características do setor público brasileiro</li> <li>2. Gestão pública no Brasil: de Sarney ao governo Lula.</li> </ol> <p><b>UNIDADE II – CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Crescimento econômico</li> <li>2. Ciclos econômicos</li> <li>3. Problemas brasileiros que travam o crescimento de sua economia</li> <li>4. Papel das ideologias na temática do desenvolvimento econômico</li> </ol> <p><b>UNIDADE III – ECONOMIA REGIONAL</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Planejamento estratégico e desenvolvimento local</li> <li>2. Localização da atividade econômica</li> <li>3. Crescimento regional</li> </ol> <p><b>UNIDADE IV – FONTES DE FINANCIAMENTO PARA DESENVOLVIMENTO</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social</li> <li>2. Outras fontes de financiamento para desenvolvimento</li> </ol>

	<p>UNIDADE V – PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADE ECONÔMICA LOCAL</p> <p>1. Integrando conhecimentos para uma proposta de desenvolvimento de atividade econômica local.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA</p>	<p><b>BÁSICA</b></p> <p>BIDERMAN, Ciro. ARVATE, Paulo (org.). <i>Economia do Setor Público no Brasil</i>. São Paulo: Campus FGV EAESP. 2005</p> <p>NASCIMENTO, Edson Ronaldo. <i>Gestão Pública</i>. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.</p> <p>SOUZA, Nali de Jesus de. <i>Desenvolvimento econômico</i>. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>DALLA COSTA, Armando João. GRAF, Márcia Elisa de Campos (org). <i>Estratégias de desenvolvimento urbano e regional</i>. Curitiba: Juruá, 2004.</p> <p>FEIJÓ, Ricardo. <i>Desenvolvimento econômico: modelos, evidências, opções políticas e o caso brasileiro</i>. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>FONSECA, Manoel Alcino Ribeiro da. <i>Planejamento e Desenvolvimento Econômico</i>. São Paulo: Thomson, 2006.</p>

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS I</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	Nenhum
CÓDIGO	1310277
DEPARTAMENTO	Letras
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	
OBJETIVO	Desenvolver e introduzir elementos da LIBRAS que possibilitem aos alunos dar continuidade à construção da habilidade e desempenho na comunicação em Língua Brasileira de Sinais.
EMENTA	Uma introdução à Língua de Sinais, uma comunicação visual, com sua gramática. Alfabeto manual. Diálogos com estruturas afirmativas, negativas e interrogativas. Expressões de quantificação e intensidade – adjetivação. Descrição. Narrativa básica.
PROGRAMA	Alfabeto manual Saudação, apresentação Profissões Família Dias da semana, calendário Números Tempos: presente, passado e futuro Ação – Verbos Afirmativo, negativo e interrogativo Advérbios de lugar e preposições Pronomes Pessoais Pronomes com verbos Pronomes demonstrativos Cores Animais Frutas Alimentação Bebidas Dinheiro – moedas Relógio – horas Figuras geométricas Singular e plural Casa Condições climáticas

BIBLIOGRAFIA	<p>AMORIM, S.L. Comunicando a Liberdade: A Língua das Mãos, Florianópolis, 2000.</p> <p>CAPOVILLA, F. Dicionario Trilingue de LIBRAS, 2001.</p> <p>FELIPE, T. Integração Social e Educação dos Surdos, Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993.</p> <p>LOPES, M.C. Relações de Poderes no Espaço Multicultural da Escola para Surdos. In: Skliar (ed), 1998, p.105-122.</p>
--------------	---



<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	Não Tem
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	
SEMESTRE DO CURSO	4º Semestre
OBJETIVO	Conhecer os conceitos, modelos e instrumentos de gestão ambiental, oferecendo subsídios à uma reflexão crítica acerca da incorporação da variável ambiental na gestão pública e da atuação profissional responsável na busca pela sustentabilidade.
EMENTA	Conceitos e histórico da questão ambiental. Princípios do desenvolvimento sustentável. Impactos e aspectos ambientais. Gestão Ambiental nas organizações públicas e privadas. Legislação ambiental. Políticas públicas ambientais. Gestão ambiental pública e sustentabilidade. Estudos de caso.
PROGRAMA	<b>I – A questão ambiental na sociedade contemporânea</b> 1.1 Conceitos básicos 1.2 O histórico da questão ambiental 1.3 Sustentabilidade: princípios e dimensões <b>II – Legislação e políticas públicas ambientais</b> 2.1 Contexto mundial 2.2 Contexto brasileiro <b>III – Gestão ambiental: busca pela ecoeficiência nas organizações</b> 3.1 Impactos e aspectos ambientais 3.2 Gestão Ambiental nas organizações privadas: conceitos, modelos e instrumentos 3.3 Gestão Ambiental nas organizações públicas: conceitos, modelos e instrumentos 3.4 Estudos de caso <b>IV – Gestão ambiental pública e sustentabilidade</b> 4.1 Poder público como mediador de interesses e conflitos ambientais 4.2 Planejamento ambiental 4.3 Controle da qualidade ambiental 4.4 Conservação dos recursos naturais 4.5 Gestão ambiental urbana

	<p>4.5 Educação ambiental  4.6 Marketing e Consumo verde  4.7 Indicadores ambientais  4.8 Responsabilidade socioambiental</p>
<p>BIBLIOGRAFIA</p>	<p><b>BÁSICA</b></p> <p>ANDRADE, R. O. B. de; TACHIZAWA, T. <b>Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade.</b> Rio de Janeiro: Campus, 2008.</p> <p>CAVALCANTI, C. (Org.). <b>Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.</b> 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.</p> <p>NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, Â. D. da C.; MELLO, M. C. A. de. <b>Gestão socioambiental estratégica.</b> Porto Alegre: Bookman, 2008.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>BARBIERI, J. C. <b>Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.</b> 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>BRITO, F. de A.; CÂMARA, J. B. D. <b>Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável.</b> 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002</p> <p>MENEGAT, R.; ALMEIDA, G. <b>Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades: Estratégias a partir de Porto Alegre.</b> Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.</p>

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>GESTÃO DE SERVIÇOS NO SETOR PÚBLICO</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Departamento de Administração e Turismo - DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 hs
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
SEMESTRE DO CURSO	Quarto
OBJETIVO	Proporcionar conhecimentos técnico-gerenciais na área de administração de operações de serviços, com ênfase em serviços públicos, possibilitando a aprendizagem para a sua organização, planejamento e controle e melhorias.
EMENTA	A Administração de Operações de Serviço. Relacionamento com clientes e fornecedores. Entrega de serviços (processos de serviços, capacidade produtiva do serviço, pessoas de serviço, estrutura). Administração do desempenho. Formulação e desenvolvimento de estratégias de serviços.
PROGRAMA	<b>INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE SERVIÇO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conceito de serviço</li> <li>• O papel dos serviços na economia</li> <li>• A natureza dos serviços</li> <li>• Estratégia em serviços</li> </ul> <b>PROJETO DA EMPRESA DE SERVIÇOS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de novos serviços</li> <li>• O encontro de serviço</li> <li>• Qualidade em serviços</li> <li>• Serviços eletrônicos (e-Service)</li> <li>• Localização das instalações de serviços</li> <li>• Instalações de apoio</li> </ul> <b>GERENCIAMENTO DAS OPERAÇÕES DE SERVIÇOS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão da oferta e demanda</li> <li>• Gestão de filas</li> <li>• Gestão de fornecedores de serviços</li> <li>• Gestão de bens facilitadores</li> </ul>
REFERÊNCIAS BÁSICAS:	FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. <b>Administração de Serviços: operações, estratégias e tecnologia da informação.</b> 4. ed. Bookman: Porto Alegre, 2005

	<p>LOVELOCK, C., WRIGHT, L. <b>Serviços: Marketing e Gestão</b>. Saraiva: São Paulo, 2005.</p> <p>JOHNSTON, R.; CLARK, G. <b>Administração de Operações de Serviços</b>. Atlas: São Paulo, 2008.</p>
<p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:</p>	<p>CORRÊA, H. L. e CAON, M. <b>Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes</b>. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>GIANESI, I.G.N.; CORRÊA, H.L. <b>Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente</b>. São Paulo: Editora Atlas, 1994.</p> <p>NORMANN, R. <b>Administração de Serviços: estratégia e liderança na empresa de serviços</b>. São Paulo: Editora Atlas, 1993.</p>

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>GESTÃO DO CONHECIMENTO</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Departamento de Administração e Turismo - DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 hs
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Semi-Presencial
SEMESTRE DO CURSO	Quarto
OBJETIVO	<p><b>Geral:</b> Permitir uma visão global das questões que envolvem o gerenciamento da informação e do conhecimento nas organizações do conhecimento a partir de concepções teóricas e práticas contemporâneas</p> <p><b>Específicos:</b> Apresentar os conceitos de Gestão do Conhecimento e das políticas de implantação. Vivenciar experiências cotidianas correlatas ao tema de Gestão do Conhecimento através do uso de Estudos de Casos e das referências adotadas. Avaliar os riscos e impactos sobre as decisões embasadas pela Gestão do Conhecimento.</p>
EMENTA	A evolução dos modelos de gestão. O conhecimento e as organizações. Dimensões da Gestão do Conhecimento. Condições organizacionais para implementação da Gestão do Conhecimento. Ferramentas de Tecnologia da Informação para a Gestão do Conhecimento. Indicadores da Gestão do Conhecimento.
PROGRAMA	<p><b>UNIDADE 1:</b>  <b>CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEITOS</b></p> <p>1. Apresentar os principais conceitos relacionados à disciplina. Socialização de conhecimentos sobre Gestão do Conhecimento. Conhecimento Empresarial e Ecologia da Informação. Visões Científica, Ética, Social e Ecológica na Gestão do Conhecimento.</p> <p>2. Contextualizar a gestão do conhecimento como apoio à gestão empresarial. O valor do conhecimento nas organizações: cultura e comportamento informacional. Mercados e desafios da economia baseada em conhecimento.</p> <p><b>UNIDADE 2:</b>  <b>PROCESSO DECISÓRIO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO</b></p> <p>1. Desenvolver uma reflexão sobre o processo de tomada de decisão e sua relação com os ambientes de informação e conhecimento.</p>

2. A geração do conhecimento, codificação e coordenação do conhecimento, informação e seus dissabores – uma introdução, a ilusão do controle: nosso passado informacional. Ecologia da informação, estratégia da informação, política da informação. A geração do conhecimento, codificação e coordenação do conhecimento

#### **UNIDADE 3:**

##### **MODELAGEM DO CONHECIMENTO**

1. Apresentar as principais abordagens para a modelagem e representação do conhecimento organizacional.

2. Representação do conhecimento; taxonomia e mapa de conceitos; ontologia; busca baseada em ontologia.

3. Transferência do conhecimento, funções e qualificações da área do conhecimento, cultura e comportamento em relação à informação.

#### **UNIDADE 4:**

##### **PROCESSOS DE CONHECIMENTO**

1. Apresentar métodos e ferramentas utilizados em processos e práticas de Gestão do Conhecimento.

2. Como adquirimos conhecimento; modelos de criação e disseminação do conhecimento; práticas de gestão do conhecimento; tecnologias para descoberta de conhecimento; estratégias corporativas para construção e implementação de ambientes de conhecimento por meio de portais; casos práticos de implementação de projetos de gestão do conhecimento.

#### **UNIDADE 5:**

##### **TECNOLOGIAS PARA A GESTÃO DO CONHECIMENTO**

1. Tecnologias para a Gestão do Conhecimento, Projetos da Gestão do Conhecimento na Prática, A pragmática da gestão do conhecimento.

#### **UNIDADE 6:**

##### **GESTÃO DO CONHECIMENTO E PESSOAS NAS EMPRESAS**

1. Equipe especializada em informação, processos de gerenciamento da informação, arquitetura da informação, conectando a empresa – a informação e a organização.

#### **UNIDADE 7:**

##### **GESTÃO DO CONHECIMENTO E AMBIENTE EXTERNO**

1. Informação e o ambiente externo

2. Construção de Indicadores

3. Inteligência competitiva

## BIBLIOGRAFIA

### **BÁSICA**

KROGHT, G. V.; ICHIJO, K.; NONAKA, I. Facilitando a criação do conhecimento: reinventando a empresa com o poder de inovação contínua.

NONAKA, I. & TAKEUCHI, H. Criação do conhecimento na empresa. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TERRA, J. C. Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial. Rio de Janeiro: Negócio, 2000.

### **COMPLEMENTAR**

BRANDÃO, L. C. A gestão do conhecimento nas empresas do setor industrial da cidade de Sorocaba no estado de São Paulo. 2006. 138f. Dissertação – Universidade Paulista, São Paulo.

STEWART, T. A. Capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

DAVENPORT, T. H. Ecologia da informação. 4 ed. São Paulo: Futura, 1998.

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS</b> <b>DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E TURISMO</b> <b>CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA</b>	
DISCIPLINA	<b>INOVAÇÃO TECNOLÓGICA</b>
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Departamento de Administração e Turismo - DAT
CARGA HORÁRIA TOTAL	68 hs
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Semi-Presencial
SEMESTRE DO CURSO	Quarto
OBJETIVO	Possibilitar ao aluno um entendimento conceitual, sobre os significados da inovação tecnológica e suas implicações para as empresas e para a economia. Fornecendo elementos que lhe permitam identificar as oportunidades, os limites e as ameaças do posicionamento da empresa produtiva e contribuir para o desenho de sua estratégia de inovação, alinhada a estratégia corporativa e competitiva.
EMENTA	Ciência, tecnologia e sociedade. O ciclo de vida da tecnologia. Inovação tecnológica: abordagem conceitual. O processo de inovação tecnológica. Modalidades de acesso às tecnologias. Tecnologia e crescimento econômico. Inovação e tecnologia: integração vertical. Eixos da gestão de tecnologia. A dimensão industrial e a inovação. Implicações da inovação na estrutura da empresa. Inovação como estratégia de competitividade na empresa. Articulação entre estratégia tecnológica e estratégia empresarial. Empreendedorismo e Tecnologia: incubadoras de empresas e parques tecnológicos. O valor da inovação em mercados globalizados. Diminuindo os riscos da inovação. Acumulação de competências tecnológicas. Auditoria tecnológica. Construção de indicadores para inovação.
PROGRAMA	<b>UNIDADE 1:</b> <b>TÉCNICAS DE GESTÃO</b> 1.1 Nova economia do conhecimento 1.2 Ciência & Tecnologia 1.3 Inovação e Competitividade <b>UNIDADE 2:</b> <b>GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA</b> <b>PROJETO DA EMPRESA DE SERVIÇOS</b> 2.1 Significado e papel da tecnologia 2.2 Conceito de gestão da tecnologia 2.3 Padrões de evolução tecnológica 2.4 Aspectos organizacionais e de recursos



	<p>humanos</p> <p>2.5 Ligando a estratégia dos negócios</p> <p>2.6 Difusão da tecnologia</p> <p>2.7 Apropriação dos benefícios da inovação</p> <p><b>UNIDADE 3:</b></p> <p><b>ESTRATÉGIA TECNOLÓGICA</b></p> <p>3.1 Desenvolvimento tecnológico</p> <p>3.2 Política industrial</p> <p>3.3 Criação e aplicação da tecnologia</p> <p>3.4 Estratégia tecnológica</p> <p>3.5 Diretrizes da implementação</p> <p>3.6 Formulação do plano tecnológico</p> <p><b>UNIDADE 4:</b></p> <p><b>DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS</b></p> <p>4.1 Processo de desenvolvimento de produtos</p> <p>4.2 Concepção tradicional do processo</p> <p>4.3 Concepção moderna do processo</p> <p>4.4 Engenharia simultânea</p> <p><b>UNIDADE 5:</b></p> <p><b>CONSTRUINDO CONDIÇÕES PARA A INOVAÇÃO</b></p> <p>5.1 Constatações relativas à inovação e a competitividade no século XXI</p> <p>5.2 Técnicas de gestão da inovação para PMEs</p> <p>5.3 Técnicas selecionadas e abordagem adotada</p> <p>5.4 Auditoria tecnológica</p> <p>5.5 Liderança, organização do trabalho e funcionalidade de equipes</p> <p>5.6 Gerência de projetos</p> <p><b>UNIDADE 6:</b></p> <p><b>EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA</b></p> <p>6.1 Incubadoras de empresas</p> <p>6.2 Parques tecnológicos</p> <p>6.3 Transferência de tecnologia em Universidades</p> <p><b>UNIDADE 7:</b></p> <p><b>APRIMORANDO A COMPETITIVIDADE OPERACIONAL</b></p> <p>7.1 Planejamento das necessidades de materiais</p> <p>7.2 Gestão da cadeia de suprimentos</p> <p><b>UNIDADE 8:</b></p> <p><b>APRENDIZADO, CONHECIMENTO E CRIAÇÃO DE CAPACIDADES TECNOLÓGICAS</b></p> <p>8.1 Benchmarking</p> <p>8.2 Gestão do conhecimento</p> <p>8.3 Inteligência competitiva e vigilância tecnológica</p> <p>8.4 Aprendizado, conhecimento e criação de capacidades tecnológicas</p>
--	---

	<p>8.5 Aprendizagem tecnológica e a dinâmica industrial</p> <p><b>UNIDADE 9:</b>  <b>COMPETÊNCIAS TECNOLÓGICAS</b>  9.1 Internacionalização de competências  9.2 Desenvolvimento de competências tecnológicas  9.3 Relações das competências tecnológicas com as estratégias governamentais e empresariais</p> <p><b>UNIDADE 10</b>  <b>SISTEMATIZANDO A INOVAÇÃO</b>  10.1 Estímulo à criatividade  10.2 Marketing da inovação  10.3 Avaliação tecnológica</p> <p><b>UNIDADE 11</b>  <b>COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA</b>  11.1 Fatores determinantes  11.2 Capacidades tecnológicas</p>
<p><b>BIBLIOGRAFIA</b></p>	<p><b>BÁSICA</b></p> <p>ABREU, Aline. Gestão da Inovação – Uma abordagem Orientada à Gestão Corporativa. Santa Catarina: IGTI, 2001.</p> <p>FIGUEIREDO, Paulo N. e RIFFIN, Norlela. Internacionalização de competências tecnológicas: Implicações para estratégias governamentais de inovação e competitividade da indústria eletrônica no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.</p> <p>MATTOS, João Roberto Loureiro de. Gestão da Tecnologia e Inovação: Uma abordagem prática. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p><b>COMPLEMENTAR</b></p> <p>BESSANT, J.; TIDD.; BECKER, E R. Inovação e Empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>FIGUEIREDO, P N. Gestão da Inovação Conceitos Métricas Experiências de Empresas no Brasil. LTC, 2009.</p>

## **15. TABELA DE EQUIVALÊNCIAS**

Como o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está sempre sendo revisado para atualização do Projeto Pedagógico às demandas da área, bem como as exigências da Universidade e do MEC, foi criada uma tabela de equivalências que visa dar aproveitamento de disciplinas existentes em Projetos Pedagógicos anteriores consideradas equivalentes a novas e atualizadas disciplinas que foram criadas para a adequação do curso as demandas atuais de forma a conceder uma melhor formação a seus alunos.

### TABELA DE EQUIVALÊNCIAS

1º SEM	Código	Disciplina	H/A	H/S	Dept	Unid	Cr	Equivalência
	0710281	Teoria Geral da Administração	4-0-0	68	DAT	FAT	4	Introdução a Administração
	0710282	Sociedade e Políticas Públicas	4-0-0	68	DAT	FAT	4	Análise de Políticas Públicas
	0710283	Direito Público e Legislação	4-0-0	68	DAT	FAT	4	Direito Público e Legislação
	0710284	Contabilidade Pública	4-0-0	68	DAT	FAT	4	Contabilidade Pública
	0710285	Metodologia de Pesquisa	4-0-0	68	DAT	FAT	4	Elaboração de Trabalhos Acadêmicos e Redação de Documentos Oficiais
	0710286	Trabalho de Campo I	0-0-160	160	DAT	FAT	0	Extinta
	0100283	Matemática Básica (EAD)	4-0-0	68	DME	IFM	4	Matemática Financeira
	0710306	Formação do Brasil e do Estado Brasileiro	4-0-0	68	DAT	FAT	4	Formação do Brasil e do Estado Brasileiro
	0710287	Atividades Complementares	4-0-0	68	DAT	FAT	4	Extinta
2º SEM	Código	Disciplina	H/A	H/S	Dept	Unid	Cr	Equivalência
	0100282	Estatística Aplicada (EAD)	4-0-0	68	DME	IFM	4	Estatística Descritiva
	0760001	Economia na Gestão Pública	4-0-0	68	DCON	ICH	4	Economia na Gestão Pública
	0750067	Informática	4-0-0	68	DINFO	CTEC	4	Extinta
	0710293	Trabalho de Campo II	2-0-7	160	DAT	FAT	9	Extinta
	0710308	Psicologia Organizacional	4-0-0	68	DAT	FAT	4	Psicologia Organizacional
	0100283	Matemática Básica (EAD)	4-0-0	68	DME	IFM	4	Matemática Financeira
	0710307	Ética e Responsabilidade Social	4-0-0	68	DAT	FAT	4	Ética e Responsabilidade Social
3º SEM	Código	Disciplina	H/A	H/S	Dept	Unid	Cr	Equivalência
	0710297	Administração Financeira e Orçamento Público	4-0-0	68	DAT	FAT	4	Administração Financeira e Orçamento Público
	0710153	Administração de Materiais e Patrimônio	4-0-0	68	DAT	FAT	4	Gestão de Materiais e Patrimônio no Setor Público



## **16. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE**

Conforme a Resolução CONAES nº 1 de 17 de junho de 2010 e respectivo Parecer nº 4 de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NED de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- i. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- ii. zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- iii. indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- iv. zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública será composto pelo seu Coordenador em exercício e mais cinco professores pertencentes ao corpo docente do curso. A cada dois anos o NDE deverá ser renovado em 1/3 de seus membros. O Coordenador do Curso participará normalmente do NDE durante o período de sua gestão. Os nomes dos professores para a renovação dos membros do NDE serão indicados pelo Departamento de Administração e de Turismo em reunião ordinária.

A primeira composição do NDE será formada pelos professores:

1. Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
2. Profa. Simone Mello
3. Profa. Márcia Sinch
4. Profa. Kátia Gomes
5. Prof. Nilo Karnopp
6. Profa. Luciana Novo

Esta composição do NDE entra em vigor a partir de 29.03.2011, conforme reunião do Colegiado do Curso que aprovou o Projeto Pedagógico vigente.

## **17. INTEGRAÇÃO COM O PÓS-GRADUAÇÃO**

A UFPel sempre esteve ligada às questões do desenvolvimento regional, desde as suas raízes fortemente ligada à área agrária, e na explicitação em seus planos de desenvolvimento sobre

sua vocação que deve não só permanecer, como ser fortalecida, face às características sócio-econômicas da zona sul do Estado. Desse modo, além do Curso de Administração e do Curso de Turismo, a FAT oferece através do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e da Especialização em Gestão Pública e desenvolvimento Regional, uma formação voltada a contemplar no seu desenvolvimento aspectos relacionados à geografia da região e da sua economia.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está, dessa forma, diretamente alinhado a pós graduação dentro da Faculdade de Administração e de Turismo, através do curso de Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional que tem como finalidade aprofundar e complementar os conhecimentos na área da gestão pública e do desenvolvimento regional e formar recursos humanos que atendam as exigências de expansão do mercado de trabalho em plena transformação.

Nesta proposta toma-se por base a idéia de que o aluno deverá ser estimulado para o desenvolvimento de suas potencialidades e do espírito científico-reflexivo, tendo um currículo flexível que possa privilegiar esses aspectos, acreditando que a universidade deve formar pessoas, cidadãos e profissionais para influir sobre a realidade onde vão atuar numa perspectiva de mudança, a partir de uma visão crítica da sociedade.

## **18. RELAÇÃO DE DOCENTES**

Prof. Msc. Rafael Mello Oliveira - FAT

Prof. Msc. Rodrigo Serpa Pinto - FAT

Prof. Msc. Rogério da Silva Almeida - FAT

Prof. Msc. Márcio Silva Rodrigues - FAT

Prof. Msc. Nilo Valter Karnopp- FAT

Prof. Msc. Alexandre Xavier Vieira Braga - FAT

Prof. Dr. Fábio Kellermann Schramm – FAT

Prof. Dr. Edar da Silva Añaña – FAT

Prof<sup>a</sup> Esp. Elaine Garcia dos Santos – FAT

Prof<sup>a</sup> Msc. Kátia Gislaine Baptista Gomes - FAT

Prof<sup>a</sup> Dra. Tania Elisa Morales Garcia - FAT

Prof<sup>a</sup> Msc. Luciana Florentino Novo – FAT

Prof<sup>a</sup> Msc. Laura Rudzewicz – FAT

Prof<sup>a</sup> Dra. Simone Portella Teixeira de Mello - FAT

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – ISP

Prof. Dr. Daniel de Mendonça – ISP

Prof<sup>a</sup> Dra. Rosangela Marione Schulz – ISP

Prof<sup>a</sup> Dra. Márcia Rosales Ribeiro Simch - IFM



## 19. REFERÊNCIAS

**BAGGIO**, Rodrigo. Jornal Valor - [www.valoronline.com.br](http://www.valoronline.com.br). São Paulo, 11/12/2001.

**BÍSCARO**, Donizetti. et al. *A educação Profissional no mundo globalizado: novo desafio*. p. 161-174. In: RIVERO, Cléia Maria da Luz. JUNIOR, Waldemar de Oliveira (Orgs.). **Educação Profissional: caminhos na formação do professor**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2004. 183 p.

**BRASIL**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 29, 03 dez. 2002. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico.

**CRAWFORD**, Richard. **A emergência da economia do conhecimento**. In: \_\_\_\_\_. *Na era do capital humano*. São Paulo: Atlas, 1994. p. 15-33.

**CUNHA**. Maria Isabel da. *Og. Pedagogia Universitária: Energias Emancipatórias em Tempos Neoliberais*. São Paulo: J.M.Editora,2006.

**DOLABELA**, Fernando. **Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. São Paulo: Cultura, 1999. 275 p.

**FREIRE**, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.

**FREIRE**. Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (Coleção Leitura)

**JUNQUEIRA**, Sérgio R. A (orgs.). *Conhecimento Local e Conhecimento Universal: pesquisa, didática e ação docente*. Curitiba: Champagnart, 2004.

**HOFFMANN**, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação, 1993.

**LAUDARES**, J. B., **TOMASI**, A. O Técnico de escolaridade média no setor produtivo: seu novo lugar e suas competências. **Educação e Sociedade**, vol. 24, n.85, p.1237-1256, 2003.

Lei Nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino.

**LIMA**, Adriana de Oliveira. Avaliação escolar\_julgamento X construção. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

**LUCKESI**, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições 4.ed..São Paulo: Cortez, 1996.

**MARIA** Isabel da. A docência como ação Complexa: o papel da didática na formação de professores. In: ROMANOWSKI, Joana Paulin; MARTINS, Pura Lucia Oliver.

**MARIA** Isabel da. Et al. “Fontes do Conhecimento e Saberes na Construção da Profissão Docente: um estudo empírico a luz da contribuição de maurice Tardif.”. In: CARRIDO, Susane, CUNHA, Maria Isabel & GUE MERTINI, Jussara (orgs.) Os rumos da educação superior. São Leopoldo : Ed. Unisinos, p. 239, 2002.

\_\_\_\_\_. Maria Isabel da. O professor universitário na transição dos paradigmas. São Paulo: J M Editora , 1998.

**MARIA** Isabel da. O bom professor e sua prática\_ 2.ed. Campinas: Papyrus, 1992. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).

**MINAYO**, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento : pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo – Rio de Janeiro, Hucitec Ltda.,1998.

Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília.

**PERRENOUD**, Philippe. Avaliações em educação: novas perspectivas. Porto (Portugal) : Porto Ed. : LDA, 1993. Organização de Albano Estrela e António Nóvoa.

**PIMENTEL**, Maria da Glória. O professor em construção. São Paulo: Papyrus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

**SILVA**, Maria Gorete Rodrigues da. Competências Gerenciais dos Coordenadores/orientadores do Curso de Graduação em Administração de Empresas – Um estudo de caso na Universidade de Caxias do Sul. In: **XXVI Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração - ENANPAD**, 01-13 de setembro, Salvador, 2002.

**UNESCO Conferência Mundial sobre Educação Superior; Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: visão e ação.** 2<sup>a</sup> ed. Piracicaba: UNIMEP, 2000. 51 p.

Universidade Federal de Pelotas (RS) Regimento Interno, Pelotas, 1977.